

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A. INFORMAÇÃO GERAL

A Efacec Power Solutions SGPS, S.A. ("Efacec Power Solutions" ou "EPS") é uma sociedade anónima com sede no lugar de Arroiteia, freguesia de Leça do Balio, Guifões e Custóias, concelho de Matosinhos, em Portugal. A EPS foi constituída em 14 de Agosto de 2014, tendo como objeto a gestão de participações sociais como forma indireta de exercício de atividades económicas. A constituição da Efacec Power Solutions inseriu-se no processo de reestruturação que a Efacec Capital, SGPS, S.A. ("Efacec Capital") encetou a partir do final de 2013, com o objetivo de alinhar a estrutura societária do Grupo Efacec com os segmentos de mercado abordados e as geografias-alvo. No final de 2014, a Efacec Power Solutions passou a constituir, ela própria, um grupo de empresas que reúnem todos os meios de produção, tecnologias e competências técnicas e humanas para o desenvolvimento de atividades nos domínios das soluções de Energia, Engenharia, Ambiente, Transportes e Mobilidade Elétrica. O Grupo EPS abrange ainda uma vasta rede de filiais, sucursais e agentes espalhados por 4 continentes.

Em 23 de Outubro de 2015, o Grupo EPS conheceu uma alteração na sua estrutura acionista, passando a maioria do capital da Efacec Power Solutions a ser detida pela sociedade Winterfell 2 Limited ("Winterfell 2").

As atividades das empresas do Grupo EPS compreendem uma extensa gama de produtos e serviços de elevado nível tecnológico. Esta diversidade, com competências aos níveis produtivos e de engenharia, possibilitam a oferta de soluções técnicas a um leque muito variado de sectores de atividade, nos mercados interno e externo.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de Março de 2017. Os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adotadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira consolidada, dos resultados e dos fluxos de caixa do Grupo EPS.

A informação financeira está apresentada em euros, que é a moeda funcional e de relato do grupo de entidades, salvo se indicado de forma diversa.

B. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas adotadas seguem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor em cada período de reporte. Estão divulgadas nas notas subsequentes sendo aplicadas pela Efacec Power Solutions desde a sua constituição, e têm sido aplicadas todos os anos de forma consistente pelas empresas subsidiárias. No entanto, as normas, interpretações e revisões emanadas dos diversos órgãos que supervisionam a aplicação das Normas – IASB, IASC, IFRIC e SIC, quando aplicáveis ao Grupo EPS, são adotadas no período em que se tornam obrigatórias.

Em 2016, o Grupo EPS alterou a política de contabilização dos custos com garantias bancárias de natureza financeira. De forma a melhor traduzir a natureza destes gastos, as comissões pagas a instituições financeiras relativas a garantias emitidas para recebimento de adiantamentos dos clientes beneficiários, ou garantias sobre valores de retenção contratuais, são, pela sua natureza, relevadas na demonstração de resultados sob a rubrica de custos financeiros. Os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas de 2015 não são materiais, pelo que as contas deste exercício não foram reexpressas.

1.1 BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas da Efacec Power Solutions foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor em 1 de Janeiro de 2016, tal como adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo em conta a convenção do custo histórico, exceto os terrenos, ativos financeiros e passivos financeiros (incluindo instrumentos derivados), os quais se encontram contabilizados ao seu justo valor. Adicionalmente, os equipamentos de produção localizados nas instalações industriais em Portugal também estão contabilizados ao justo valor que resultou da valorização efetuada no âmbito da aquisição de participações financeiras no processo de constituição da EPS (ver Nota 6.1).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. Também requer que o órgão de gestão exerça o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Grupo EPS. As áreas envolvendo um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas onde as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 2.

As normas, interpretações e revisões emanadas dos diversos órgãos que supervisionam a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro – IASB, IASC, IFRIC e SIC – encontram-se em baixo enunciadas, assim como as datas de aplicação e aprovação pela União Europeia.

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. ALTERAÇÕES ÀS NORMAS EFETIVAS A 1 DE JANEIRO DE 2016		
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras	Revisão das divulgações no âmbito do projeto do IASB “ <i>Disclosure Initiative</i> ”	01/01/2016
IAS 16 e IAS 38 – Métodos de cálculo de amortização/depreciação	Os métodos de depreciação/amortização baseados no rédito não são permitidos	01/01/2016
IAS 16 e IAS 41 – Agricultura: Plantas que produzem ativos biológicos consumíveis	Plantas que apenas produzem ativos biológicos consumíveis, são incluídas no âmbito da IAS 16 e são mensuradas pelo modelo do custo ou pelo modelo da revalorização	01/01/2016
IAS 19 – Planos de benefícios definidos	Contabilização das contribuições de empregado ou outras entidades	01/02/2015
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas	Opção de mensurar pelo método da equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras separadas, os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas.	01/01/2016
IFRS 11 – Acordos conjuntos	Contabilização da aquisição de um interesse numa operação conjunta que é um negócio.	01/01/2016
Alterações IFRS 10, 12 e IAS 28: Entidades de investimento – aplicação da isenção de consolidar	Isenção de consolidar aplicada às entidades de investimento, extensível a uma empresa mãe que não qualifica como entidade de investimento mas é uma subsidiária de uma entidade de investimento	01/01/2016
Melhorias às normas 2010 – 2012	Clarificações várias: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e IAS 24	01/02/2015
Melhorias às normas 2012 – 2014	Clarificações várias: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34	01/01/2016
2. NORMAS QUE SE TORNAM EFETIVAS, EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2017, JÁ ENDOSSADAS PELA UE		
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos financeiros	01/01/2018
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Reconhecimento do rédito relacionado com a entrega de activos e prestação de serviços, pela aplicação do método das 5 etapas	01/01/2018

Descrição	Alteração	Data efetiva
3. NORMAS (NOVAS E ALTERAÇÕES) E INTERPRETAÇÕES QUE SE TORNAM EFETIVAS, EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2017, AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UE		
3.1 Normas		01/01/2017
IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa	Reconciliação das alterações no passivo de financiamento com os fluxos de caixa das atividades de financiamento.	01/01/2017
IAS 12 – Imposto sobre o rendimento	Registo de impostos diferidos ativos sobre os ativos mensurados ao justo valor, o impacto das diferenças temporárias dedutíveis na estimativa dos lucros tributáveis futuros e o impacto das restrições sobre a capacidade de recuperação dos impostos diferidos ativos	01/01/2018
IAS 40 – Propriedades de investimentos	Clarificação de que é exigida evidência de alteração de uso para efetuar a transferências de ativos de e para a categoria de propriedades de investimento	01/01/2018
IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações	Mensuração de planos de pagamentos baseados em ações liquidados financeiramente, contabilização de modificações, e a classificação dos planos de pagamentos baseados em ações como liquidados em capital próprio, quando o empregador tem a obrigação de reter imposto	01/01/2018
IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	Isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as seguradoras para os exercícios que se iniciem antes de 1 de janeiro de 2021 Regime específico para os ativos no âmbito da IFRS 4, que qualificam como ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados na IFRS 9, e como ativos financeiros ao custo amortizado na IAS 39, sendo permitida a classificação da diferença de mensuração no Outro rendimento integral	
Alterações à IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Identificação das obrigações de desempenho, momento do reconhecimento do rédito de licenças PI, revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e novos regimes para a simplificação da transição	01/01/2018
IFRS 16 – Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores	01/01/2019
Melhorias às normas 2014 – 2016	Clarificações várias: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28	01-01-2017 /01-01-2018
3.2 Interpretações		
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada	Taxa de câmbio a aplicar quando a contraprestação é recebida ou paga antecipadamente	01/01/2018

O Grupo EPS está a analisar eventuais impactos da adoção destas normas, mas não se espera que venham a ser significativos.

1.2 CONSOLIDAÇÃO

1.2.1 SUBSIDIÁRIAS

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo Entidades com Finalidades Especiais) sobre as quais o Grupo EPS tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais, que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis, são considerados quando se avalia se o Grupo EPS detém o controlo sobre outra entidade. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo EPS, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Todos os custos associados à aquisição são registados como gastos do período. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição acrescido da quota-parte dos interesses não controlados no justo valor dos ativos e passivos adquiridos ou, alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses não controlados na filial adquirida, em relação ao justo valor dos ativos e passivos líquidos totais da subsidiária adquirida, é reconhecido como *goodwill* (Nota 1.5.1). Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração de Resultados.

As transações, saldos e ganhos não realizados em operações efetuados entre empresas do Grupo EPS são eliminadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido. As políticas contábilísticas de subsidiárias foram sendo alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo EPS.

O montante relativo aos interesses não controlados é incluído no Capital Próprio. As transações com os “interesses não controlados” são registadas no Capital Próprio, quando não há alteração de controlo sobre a Entidade, não havendo lugar ao registo de *goodwill* ou ganhos ou perdas. Quando há perda do controlo exercido sobre a entidade, qualquer interesse remanescente sobre a entidade é remensurado ao justo valor, sendo o ganho ou perda reconhecido nos resultados do exercício.

A lista de subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação encontra-se apresentada na Nota 4, assim como as alterações ao perímetro verificadas no exercício.

1.2.2 ASSOCIADAS

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo EPS exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com participações entre 20% e 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos ao custo. O investimento do Grupo EPS em associadas inclui o *goodwill* (deduzido de perdas acumuladas de imparidade) identificado na aquisição (Nota 1.5.1).

A participação do Grupo EPS nos ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é reconhecida na Demonstração dos Resultados e a quota-parte nos movimentos das reservas após a aquisição é reconhecida em reservas, por contrapartida do valor contábilístico do investimento financeiro. Quando a participação do Grupo EPS nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento na associada, incluindo contas a receber não cobertas por garantias, o Grupo EPS deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da associada.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos das associadas adquiridas, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos Resultados.

O *goodwill* identificado na aquisição de associadas, deduzido da perda acumulada de imparidade, encontra-se apresentado na rubrica de “Investimentos financeiros em associadas”.

Uma avaliação dos investimentos em associadas é desencadeada sempre que existem sinais de imparidade do ativo. São reconhecidas perdas por imparidade como custos na mesma rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, revertem-se, com exceção do *goodwill*.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na extensão da participação do Grupo EPS nas associadas. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidências de imparidade de um bem transferido. As políticas contábilísticas de associadas foram sendo alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo EPS.

1.2.3 ACORDOS CONJUNTOS

A norma internacional de contabilidade IFRS.11 qualifica os investimentos controlados conjuntamente como operações conjuntas (*joint-operations*) ou como empreendimentos conjuntos (*joint-ventures*), que se distinguem, sobretudo, por:

- Existência ou não de uma entidade veículo separada
- Requisitos de unanimidade na tomada de decisões
- Apropriação dos ativos/passivos e dos proveitos/custos

Em 2014, o Grupo EPS adotou a IFRS.11 e procedeu a uma análise casuística dos contratos de todas as entidades em que mantém interesses. Nos casos em que os agrupamentos foram classificados como operações conjuntas, as suas contas foram integradas linha-a-linha, proporcionalmente à quota participativa em cada um; nos casos em que os agrupamentos foram considerados empreendimentos conjuntos, o investimento é registado ao custo.

1.2.4 POLÍTICA DE TRANSAÇÕES ENTRE ENTIDADES SOB CONTROLO COMUM

Não existem políticas contabilísticas definidas no normativo internacional para as transações entre entidades sob controlo comum, em que a casa-mãe mantém o controlo da subsidiária transferida antes e depois das transações se concretizarem. Na sua ausência, a gestão toma em consideração os requisitos e orientações de outras normas que abordam matérias semelhantes, tendo optado pelo método da compra da IFRS 3R, sendo aplicado na íntegra este normativo (Nota 1.2.1).

1.3 CONVERSÃO CAMBIAL

1.3.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Os elementos incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo EPS são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera – “moeda funcional”. As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação das contas do Grupo EPS.

As diferenças cambiais decorrentes das atividades operacionais do Grupo EPS são registadas, na Demonstração de resultados, como gastos ou rendimentos operacionais. Se as diferenças cambiais tiverem origem em operações de natureza financeira, são registadas como resultados financeiros.

1.3.2 SALDOS E TRANSAÇÕES

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações, e da atualização dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro pela taxa à data de fecho, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados.

1.3.3 EMPRESAS DO GRUPO

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo EPS (nenhuma das quais tendo divisas de uma economia hiperinflacionária) que possuam uma moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidas para a moeda de apresentação como segue:

- i) Os ativos e passivos de cada Demonstração Consolidada da Posição Financeira apresentada são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das Demonstrações Financeiras;
- ii) Os rendimentos e os gastos de cada Demonstração de Resultados são convertidos pela taxa de câmbio média; e
- iii) As diferenças de câmbio resultantes da transposição das demonstrações financeiras individuais das empresas incluídas na consolidação são reconhecidas no Capital Próprio, na rubrica de Reservas.

1.4 ATIVOS TANGÍVEIS

Os terrenos e edifícios compreendem essencialmente fábricas e escritórios. Os terrenos são apresentados ao justo valor. Os demais ativos tangíveis são apresentados ao custo histórico, menos depreciação, incluindo todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Na sequência da aquisição de sociedades pela Efacec Power Solutions, os equipamentos industriais foram revalorizados.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como custo no período em que são incorridos.

De acordo com as políticas contabilísticas do Grupo EPS, para a determinação do justo valor os terrenos são sujeitos a avaliações trienais efetuadas por peritos independentes. As avaliações assentam na utilização dos critérios da comparação de mercado e dos custos de substituição. As revalorizações são reconhecidas no capital próprio, após dedução do respetivo imposto diferido. As desvalorizações, caso existam, são deduzidas ao capital próprio até ao limite das reservas de revalorização existentes para os mesmos ativos. No excedente daquele limite são reconhecidas em resultados.

Quando os ativos tangíveis registados ao justo valor são vendidos, o montante incluído em reservas de revalorização é transferido para resultados transitados.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada pelo método das quotas constantes, por duodécimos sobre o valor de custo ou de revalorização, de forma a alocar o seu custo ou valor revalorizado ao seu valor residual, em função da sua vida útil estimada, como segue:

Rubrica	Anos
Terrenos	-
Edifícios e Outras Construções	25 – 50
Equipamento Básico	8 – 16
Equipamento de Transporte	4 – 5
Ferramentas e Utensílios	4 – 8
Equipamento Administrativo	4 – 6

O processo de depreciação inicia-se no mês seguinte àquele em que o bem entrou em funcionamento.

Os valores residuais dos ativos e as vidas úteis são revistas e ajustadas, se necessário, na data de fecho do exercício. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado (Nota 1.6).

Os ganhos e/ou perdas nas alienações ou abates dos ativos tangíveis são determinados pela diferença entre o seu valor líquido contabilístico e o seu valor de alienação ou abate, sendo, neste último caso, nulo, e incluídos no Resultado do exercício.

1.5 ATIVOS INTANGÍVEIS

1.5.1 GOODWILL

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis da subsidiária na data de aquisição (Nota 1.2), sendo relevado em rubrica própria da Demonstração Consolidada da Posição Financeira. O *goodwill* resultante de aquisições de empresas associadas integra a rubrica “Investimentos financeiros em associadas”.

O *goodwill* é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é apresentado ao custo, deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do *goodwill* referente à mesma.

O *goodwill* e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como ativos e passivos dessa entidade e convertidos à taxa de câmbio de fecho, caso a sua moeda funcional seja diferente do euro.

O *goodwill* é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa (UGC) para realização dos testes de imparidade (Nota 2.1). O valor recuperável de uma UGC é determinado com base nos cálculos do valor de uso. Esses cálculos utilizam projeções de fluxos de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelo órgão de gestão, cobrindo um período de, pelo menos, 4 anos. Em certas condições, algumas UGC podem ser agrupadas, quando exista um elevado nível de dependência do negócio de uma ou mais UGC relativamente a outra UGC integradora, no que respeita a competências técnicas, financeiras, comerciais, ou à capacidade para contratar novos negócios junto dos seus clientes.

Os órgãos de gestão da EPS determinam a margem operacional prevista com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto utilizadas são antes de impostos e refletem riscos específicos relacionados com os segmentos relevantes.

1.5.2 SOFTWARE

O custo de aquisição de licenças de *software* é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e para colocar o *software* disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimada (não excedendo 5 anos). Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *software* são reconhecidos como gastos quando incorridos.

Os custos diretamente associados à produção de *software* identificável e único controlado pelo Grupo e que irá, provavelmente, gerar benefícios económicos futuros superiores aos custos, para além de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretos incluem os custos com pessoal no desenvolvimento do *software* e a quota-parte de gastos gerais relevantes. Custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos são amortizados durante a sua vida útil estimada (não excedendo 5 anos).

1.5.3 DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Os dispêndios com investigação são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos incorridos em projetos de desenvolvimento (relativos ao design e teste de novos produtos ou melhoramentos em produtos existentes) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que o projeto terá sucesso, considerando a sua viabilidade comercial e tecnológica e os custos possam ser mensurados com fiabilidade. Outros dispêndios com desenvolvimento são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos não são reconhecidos como ativos em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento com vida útil finita que tenham sido capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto numa base de linha reta pelo período do seu benefício esperado, não excedendo cinco anos.

1.6 IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS, EXCETO *GOODWILL*

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os gastos para venda e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações correntes de mercado e risco específico do ativo.

Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.7 ATIVOS FINANCEIROS

1.7.1 CLASSIFICAÇÃO

O Grupo EPS classifica os seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados, créditos e valores a receber, investimentos detidos até à maturidade e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do propósito pelo qual os ativos financeiros foram adquiridos. A gestão determina a classificação dos seus ativos financeiros aquando do seu reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados são ativos financeiros detidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivados são também classificados sob esta categoria, salvo se designados para cobertura. Atualmente, o Grupo EPS não possui este tipo de ativos financeiros.

b) Empréstimos concedidos e contas a receber

Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto quanto a maturidades superiores a 12 meses após a data de fecho do exercício, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

c) Investimentos detidos até à maturidade

Atualmente, o Grupo EPS não possui ativos financeiros detidos até à maturidade.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 9) são ativos financeiros não derivados que não são essenciais para a prossecução das operações do Grupo EPS. Estes ativos financeiros são classificados como não-correntes, exceto se os ativos expirarem ou se a gestão tiver intenção de os vender no prazo de 12 meses após a data de reporte.

1.7.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – a data na qual o Grupo EPS se compromete a comprar ou vender os ativos. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor acrescido dos custos de transação, salvo se classificados ao justo valor por contrapartida de resultados. Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os seus custos de transação registados na demonstração de resultados. Os ativos financeiros são desreconhecidos no momento em que expiram os direitos a receber os seus fluxos de caixa, ou no momento em que são transferidos os riscos e benefícios da sua propriedade. Ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados são mensurados subsequentemente ao seu justo valor. Créditos e valores a receber são mensurados subsequentemente ao custo amortizado através do método de taxa de juro efetiva.

Ganhos ou perdas provenientes de variações no justo valor de ativos financeiros, classificados sob a categoria de “justo valor por contrapartida de resultados”, são apresentados na demonstração de resultados como custos financeiros no período em que ocorrem.

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido de qualquer perda por imparidade.

Os valores a receber de clientes são desreconhecidos quando são transferidos para outra entidade, substancialmente, todos os riscos significativos e benefícios relacionados com os fluxos de caixa do ativo financeiro. Se a entidade mantém a sua exposição à variabilidade total do valor presente dos fluxos de caixa líquidos futuros associados ao ativo financeiro, não há lugar a desreconhecimento do ativo.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou é registada imparidade sobre os mesmos, o valor acumulado dos ajustamentos para justo valor reconhecido em reservas de justo valor é registado na demonstração de resultados, na rubrica “Ganhos ou perdas em outras empresas”.

Os juros por conta de títulos classificados como disponíveis para venda são calculados através do método do juro efetivo, e reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica de outros proveitos.

Os dividendos de ações disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração de resultados quando for estabelecido o direito do grupo aos mesmos.

1.7.3 APRESENTAÇÃO PELO VALOR LÍQUIDO

Os ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor líquido quando existe o direito legal a efetuar essa compensação, assim como a intenção de o fazer.

1.7.4 IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

a) Empréstimos concedidos e contas a receber

O ajustamento por imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que o Grupo EPS não receberá a totalidade dos montantes em dívida, conforme as condições originais das contas a receber. O valor do ajustamento é a diferença entre o valor apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efetiva. O valor do ajustamento é reconhecido na demonstração de resultados.

b) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo EPS avalia a cada data da Demonstração consolidada da posição financeira se um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade. Um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade, sendo registadas perdas por imparidade, apenas quando existe evidência objetiva da mesma como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda), e de que tal evento (ou eventos) tenha um impacto na estimativa de fluxos de caixa futuros, produzidos por esse ativo ou grupo de ativos, que possa ser estimado com fiabilidade.

Os critérios utilizados pelo Grupo EPS, para determinar se existe evidência objetiva de uma perda por imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras significativas por parte do emitente ou devedor;
- Violação de disposições contratuais, como por exemplo vencimento do pagamento de juros ou de capital;
- A possibilidade do devedor entrar em falência ou em processo de reestruturação financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro em causa por motivos de dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis, que indiquem um decréscimo mensurável na estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes de um portfólio de ativos financeiros, tendo esse decréscimo ocorrido após o reconhecimento inicial desses ativos, mas de ainda não ser imputável a ativos financeiros individuais. Esses dados incluem:
 - iii) Alterações adversas no estado de cumprimento dos pagamentos dos devedores desse portfólio, e
 - iv) Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionem com o incumprimento dos pagamentos relativos aos ativos no portfólio.

O montante da perda é medido pela diferença entre o valor pelo qual o ativo se encontra mensurado e o valor atual da estimativa de fluxos de caixa futuros (excluindo futuras perdas de crédito que não tenham sido registadas) descontado à taxa de juro efetiva. O valor pelo qual o ativo se encontra mensurado é reduzido, e o montante da perda é reconhecido na demonstração de resultados consolidada. Como expediente prático, o Grupo EPS poderá medir o montante de imparidade com base no justo valor do instrumento, utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade decresce, e esse decréscimo pode ser objetivamente atribuível a um evento que ocorre após a imparidade ser registada (como a melhoria do *rating* de crédito do devedor), então a imparidade anteriormente reconhecida é revertida na demonstração de resultados consolidada.

e) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo EPS analisa a cada data da Demonstração da posição financeira se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade. Para títulos de dívida, são utilizados os critérios acima descritos na alínea (a). No caso de instrumentos de capital de outras entidades classificados como disponíveis para venda, um decréscimo prolongado e significativo do justo valor do título relativamente ao seu valor de custo constitui também evidência de imparidade. Se tal evidência existir em ativos disponíveis para venda, a perda acumulada – medida pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data, subtraída de qualquer perda por imparidade previamente reconhecida através de resultados por conta do ativo financeiro em questão – é removida do capital e reconhecida na demonstração de resultados consolidada. As perdas por imparidade reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados sobre instrumentos de capital não são revertidas através da demonstração dos resultados consolidados. Se, num período subsequente, o justo valor de um título de dívida classificado com disponível para venda aumentar, e esse aumento for objetivamente atribuível a um evento que ocorreu após a perda por imparidade ter sido reconhecida em resultados, então a perda por imparidade é revertida através da demonstração de resultados consolidada.

Os investimentos financeiros em empresas do grupo excluídas da consolidação, se existirem, e em empresas participadas são apresentados ao custo de aquisição.

O Grupo EPS verifica em cada data de demonstração da posição financeira se existe evidência objetiva de imparidade de algum investimento financeiro. Se existir tal evidência, a perda acumulada, calculada pela diferença entre o valor de demonstração da posição financeira e o justo valor corrente, é reconhecida na demonstração dos resultados do exercício em que se verifica a imparidade.

1.8 CONTABILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS E COBERTURAS

Os derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor à data em que é tomada parte nas suas disposições contratuais, sendo mensurados subsequentemente ao seu justo valor. O método pelo qual se reconhecem as variações de justo valor depende da designação (ou não) desse derivado como instrumento de cobertura e, no caso de estar designado, da natureza do item coberto. Os derivados utilizados para cobertura podem ser classificados em dois grupos distintos: (1) derivados para coberturas de justo valor de ativos, passivos ou compromissos firmes reconhecidos (cobertura de justo valor); (2) derivados para cobertura de um risco específico associado a um ativo, passivo ou a uma transação altamente provável (cobertura de fluxos de caixa).

Para cada transação, e a quando da sua origem, o Grupo EPS prepara documentação que justifique a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto, assim como o objetivo de gestão de risco e a estratégia para a transação de cobertura, sendo igualmente documentada, quer à data de negociação da cobertura, quer numa base contínua, a sua análise da eficácia com que o instrumento de cobertura compensa as variações do justo valor, ou dos fluxos de caixa dos instrumentos cobertos. De acordo com a IAS 39, o justo valor dos derivados do tipo opção é separado no seu valor intrínseco e no seu valor temporal, dado que apenas o valor intrínseco destes instrumentos pode ser designado como instrumento de cobertura. Assim, os testes de eficácia dos derivados do tipo opção incluem apenas o valor intrínseco destes instrumentos.

O justo valor dos derivados contratados para efeitos de cobertura, quando existem, é apresentado em Nota própria. Os movimentos na reserva de cobertura são apresentados na demonstração consolidada de alterações no capital próprio. A totalidade do justo valor de um derivado de cobertura é classificada como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade residual do instrumento coberto é maior do que 12 meses, e como um ativo ou passivo corrente quando esta é menor do que 12 meses. Derivados de negociação são classificados como ativos ou passivos correntes.

1.8.1 COBERTURA DE JUSTO VALOR

Variações no justo valor dos derivados que são designáveis e classificados como instrumentos de cobertura de justo valor, são reconhecidas na demonstração de resultados, juntamente com as variações de justo valor dos ativos ou passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a relação de cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilidade de cobertura, então o ajustamento para o valor contabilístico do item coberto, para o qual é usado o método de taxa efetiva, é amortizado ao longo do período que se estende até à sua maturidade.

1.8.2 COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA

O montante eficaz da variação de justo valor dos derivados designáveis e classificados como coberturas de fluxos de caixa é reconhecido em capital próprio. O ganho ou perda relacionado com o montante ineficaz é reconhecido de imediato na demonstração de resultados.

Os montantes acumulados registados em capital próprio são posteriormente reconhecidos para a demonstração de resultados no mesmo período em que o instrumento afeta a demonstração de resultados (por exemplo, quando a transação de uma previsão de vendas coberta ocorre). O ganho ou perda relativo ao valor de *swaps* de taxa de juro, a cobrir empréstimos de taxa variável, é reconhecido na demonstração de resultados como "Custos financeiros líquidos". O ganho ou perda relativo ao montante eficaz de derivados de taxa de câmbio é reconhecido na demonstração de resultados como "Custos financeiros líquidos". O ganho ou perda relativo ao montante eficaz de derivados sobre o preço de *commodities* é reconhecido na demonstração de resultados como "Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas". O ganho ou perda do montante ineficaz é reconhecido na demonstração de resultados como "Custos financeiros líquidos".

Quando um instrumento de cobertura atinge a sua maturidade, quando é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir com os requisitos de contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capital próprio permanecerá registado dessa forma, sendo reconhecido na demonstração de resultados quando a transação prevista o for. Quando a ocorrência da transação prevista deixar de ser provável, o ganho ou perda acumulado registado em capital próprio é transferido de imediato para a demonstração de resultados, como custos ou proveitos financeiros.

1.8.3 DERIVADOS NÃO QUALIFICADOS PARA COBERTURA

Certos derivados não cumprem com os critérios de cobertura. As variações no seu justo valor são reconhecidas de imediato na demonstração de resultados, como custos ou proveitos financeiros.

1.9 EXISTÊNCIAS

As existências são apresentadas ao mais baixo valor entre o custo e o valor líquido de realização. No caso das matérias-primas, o custo corresponde ao custo de aquisição. No caso dos produtos acabados e dos produtos em curso de fabrico (Nota 12), o custo é calculado utilizando o custo *standard* (que não se desvia significativamente do custo real de produção), sendo que o custo destes produtos integra custos de matérias primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e encargos gerais de fabrico (com base na capacidade de produção normal). Os custos com empréstimos obtidos não são considerados.

O custo das existências inclui a transferência de capital próprio de qualquer ganho ou perda classificada como cobertura de fluxos de caixa relacionada com a compra de matérias-primas.

O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos variáveis de venda.

1.10 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos.

1.11 CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, das entradas de capital.

1.12 DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E ENTIDADES RELACIONADAS

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo EPS possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data de fecho.

Os juros e outros encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os juros e outros encargos financeiros de empréstimos obtidos, que estejam diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

1.13 VALORES A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

Os valores a pagar a Fornecedores e outros credores são reconhecidos inicialmente pelo justo valor e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo. As contas de fornecedores são classificadas como passivos correntes, se o pagamento for devido no prazo de um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal do negócio, se maior). Se não, as contas de fornecedores são apresentados como passivos não correntes.

1.14 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

A Efacec Power Solutions e as suas participadas nacionais estão sujeitas ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, aplicável a grupos que incluam empresas nas quais detêm participações acionistas iguais ou superiores a 75%, e que cumpram as condições dispostas no artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. O encargo fiscal consolidado é determinado através da soma aritmética dos ganhos e perdas tributáveis conforme determinado por cada empresa numa base individual.

O imposto sobre o rendimento inclui o imposto corrente e o imposto diferido, e é obtido pelo somatório das estimativas de imposto calculadas pelas sociedades que compõem o Grupo EPS.

O imposto corrente é calculado com base na legislação fiscal vigente, ou substantivamente vigente, à data da demonstração da posição financeira nos países onde as subsidiárias e associadas operam e geram rendimento tributável. A gestão revê periodicamente a sua análise nesta matéria e reconhece provisões para contingências fiscais prováveis para os casos sob análise, assim como possíveis ajustamentos feitos pelas autoridades fiscais. Estas provisões são constituídas pelo montante que se espera pagar às autoridades fiscais.

O imposto diferido é calculado com base no valor das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Contudo, o imposto diferido não é registado se surgir através do reconhecimento inicial de um ativo ou de um passivo, numa transação que não constitua concentração de atividades empresariais que à data da transação não afete os rendimentos e custos, nem contabilísticos ou nem tributáveis. O imposto diferido é determinado à luz da legislação e taxas vigentes, ou substantivamente vigentes à data de reporte, e que se esperam aplicar aquando da realização do imposto diferido ativo, ou liquidação do imposto diferido passivo.

Ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando a existência de futuros rendimentos tributáveis é expectável, sob os quais a diferença temporária possa ser utilizada.

Ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor líquido, quando existe o direito legal a compensar os ativos e passivos correntes por impostos diferidos por esse valor, e quando os ativos e passivos por impostos diferidos são relativos a impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade fiscal, sobre a mesma entidade tributável, ou diferentes entidades quando existe a intenção de liquidar os montantes pelo seu valor líquido.

Os impostos diferidos são classificados como não-correntes, conforme apresentado na demonstração da posição financeira.

1.15 PROVISÕES

As provisões são registadas ao justo valor das despesas que se espera que venham a ocorrer de modo a liquidar a obrigação, utilizando-se taxas de desconto antes de impostos que reflitam o valor temporal do dinheiro, assim como os riscos específicos da obrigação, conforme atribuído pelo mercado. Não são reconhecidas provisões por perdas operacionais futuras.

O Grupo EPS reconhece provisões para contratos onerosos quando os custos a incorrer para satisfazer as obrigações contratuais assumidas excedem os benefícios económicos estimados, contrato a contrato, de acordo com estimativas dos responsáveis das obras/projetos.

1.16 RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor das vendas de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos comerciais, e após eliminação das vendas internas.

As receitas são reconhecidas ao justo valor do montante recebido, ou a receber, pela venda de bens e serviços no decurso normal das atividades do Grupo EPS. As receitas são reconhecidas pelo valor líquido do montante de imposto sobre o valor acrescentado, devoluções, descontos e após terem sido eliminadas receitas intra-grupo.

O Grupo EPS reconhece as receitas quando o seu montante é mensurável com fiabilidade, quando é provável que benefícios económicos futuros dêem entrada na entidade e quando critérios específicos são cumpridos para cada uma das suas atividades, conforme descrito abaixo. O Grupo EPS baseia as suas estimativas em resultados históricos, tendo em consideração o tipo de cliente, assim como do tipo de transação e as suas características.

1.16.1 VENDAS

O reconhecimento do rédito dá-se quando o produto é entregue e aceite pelo cliente, e quando o recebimento da respetiva conta a receber se encontra razoavelmente assegurado.

1.16.2 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico no qual os serviços são prestados e faturados.

1.16.3 CONTRATOS PLURIANUAIS

As receitas geradas por contratos que decorrem por períodos superiores a um ano são contabilizadas de acordo com o método de percentagem de acabamento, com referência aos custos incorridos, entrega parcial, ou outra abordagem que permita a estimação fiável dos custos de acabamento do trabalho. Quando não é possível fazer uma estimativa fiável das receitas e custos, as receitas são reconhecidas quando o produto é entregue ao cliente. Neste caso, os custos incorridos até à entrega são registados na rubrica "Existências – produtos e trabalhos em curso".

Quando o montante faturado ao cliente é maior do que o determinado pelo método de percentagem de acabamento, é reconhecida uma receita diferida, representando uma responsabilidade para com cliente relativa ao trabalho a ser executado, que é registada na rubrica "Proveitos diferidos-Faturação diferida". Quando o montante faturado ao cliente é menor que o determinado pelo método da percentagem de acabamento é reconhecido um acréscimo de receita que é registado na rubrica "Acréscimos de proveitos".

Os custos contratuais incluem matérias-primas e materiais diretos, mão-de-obra direta e também custos indiretos, distribuídos conforme especificado no contrato. Despesas com vendas e administrativas são registadas aquando da sua ocorrência. São constituídas provisões para as perdas previsíveis decorrentes da realização do contrato, no período em que são determinadas, sendo reconhecidas de imediato na demonstração de resultados. Alterações aos contratos ou a estimativas e provisões de custos e/ou proveitos e margens, decorrentes da renegociação de condições com os clientes ou de produtividade interna, são reconhecidas em resultados a partir do período em que ocorrem e atendendo aos respetivos graus de acabamento.

Os materiais específicos aos contratos, que não tenham sido usados ou instalados, são apresentados na rubrica "Existências – produtos e trabalhos em curso".

1.17 LOCAÇÕES

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efetuados em locações operacionais são refletidos na demonstração de resultados aquando da respetiva liquidação.

Locações de ativos fixos tangíveis onde o Grupo EPS tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Cada pagamento efetuado é segregado entre o passivo em dívida e o encargo financeiro, de forma a se obter uma taxa constante sobre a dívida em aberto. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros são incluídas em Fornecedores. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo ou o prazo da locação.

1.18 SUBSÍDIOS

Os subsídios recebidos são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo EPS cumprirá as obrigações inerentes.

Os subsídios recebidos com o objetivo de compensar o Grupo EPS por investimentos efetuados em ativos tangíveis ou intangíveis são incluídos no passivo como proveitos diferidos e são creditados na demonstração de resultados proporcionalmente à vida útil dos ativos correspondentes.

Os subsídios recebidos com o objetivo de compensar os custos incorridos, são registados na demonstração de resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar.

1.19 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo EPS no período em que os dividendos são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

1.20 OPERAÇÕES EM DESCONTINUAÇÃO

Uma operação descontinuada é uma componente de uma entidade que, ou foi abatida, ou está classificada como detida para venda ou liquidação e (a) representa uma linha significativa de negócio ou área geográfica de operações, ou (b) faz parte de uma reestruturação de uma área de negócio ou área geográfica de operações.

As operações descontinuadas são classificadas como detidas para venda se o seu valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés da continuação do seu uso. Esta situação é considerada apenas quando: (i) a venda é altamente provável e o ativo está disponível para venda de imediato, na sua condição atual, (ii) o grupo comissionou a sua venda e (iii) é expectável que a venda se realize num período de 12 meses. Neste caso, os ativos não correntes são registados ao menor entre o seu valor contabilístico e o seu justo valor, líquido dos custos da venda.

1.21 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

1.21.1 PENSÕES

A generalidade dos colaboradores da Efacec está abrangida unicamente pelo regime geral de segurança social.

Existe um grupo fechado de ex-empregados aposentados que beneficia de complementos de pensão de reforma ou sobrevivência, sendo estes geridos pelo Grupo EPS. A responsabilidade futura por estes pagamentos é apresentada na demonstração da posição financeira na rubrica 'Provisões' (Notas 19 e 30.2) e corresponde ao valor atual das responsabilidades por benefícios definidos à data de fecho de contas. A avaliação das responsabilidades é efetuada anualmente por entidades especializadas e independentes.

Nas subsidiárias sediadas no estrangeiro os colaboradores, ou estão cobertos unicamente pelos regimes de segurança social locais, ou poderão beneficiar de regimes complementares estabelecidos de acordo com a legislação e condições locais.

As remensurações (ganhos e perdas atuariais) decorrentes da alteração de pressupostos atuariais demográficos e financeiros são registadas na rubrica de "Outro rendimento integral".

Um ativo de benefícios definidos só é reconhecido na medida em que possa existir uma restituição de fundos ou uma redução dos pagamentos futuros.

1.21.2 REMUNERAÇÕES VARIÁVEIS

As remunerações variáveis pagas aos empregados, quando existam, são registadas na demonstração de resultados do ano a que respeitam, na rubrica "Custos com o pessoal".

1.22 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgadas nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação. São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 1.15.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas são divulgados no anexo às demonstrações financeiras quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

1.23 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto. O Grupo EPS classifica ativos com maturidade com menos de três meses e para os quais o risco de variação do valor é insignificante na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa".

A demonstração de fluxos de caixa é dividida por atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento. As atividades operacionais incluem recebimentos de caixa de clientes e pagamentos a fornecedores, pessoal e outros pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem aquisições e alienações de investimentos em subsidiárias, recebimentos de caixa e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos tangíveis e intangíveis.

As atividades de financiamento compreendem recebimentos e pagamentos de caixa relativos a capital próprio e empréstimos, incluindo descobertos bancários. Incluem ainda pagamentos relativos a juros, dividendos e locações financeiras.

1.24 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a mesma data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo EPS efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos e divulgações à data das demonstrações financeiras.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo EPS, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e, em certos casos, em relatos de peritos independentes, e (ii) nas ações que o Grupo EPS considera poder vir a desenvolver no futuro. Contudo, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo.

2.1 IMPARIDADE DO *GOODWILL*

Para efeitos de análise de imparidades, o Grupo EPS testa anualmente o valor do *goodwill*, registado na Demonstração da posição financeira, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 1.6. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas (Nota 7).

2.2 RÉDITO

O Grupo EPS utiliza o método da percentagem de acabamento na contabilização dos seus contratos plurianuais. A utilização da percentagem de acabamento exige a formulação de estimativas sobre o grau de construção e dos serviços executados até à data como uma proporção do total da construção e dos serviços a serem executados. A Gestão exerce julgamentos para determinar se os resultados de um contrato podem ser estimados com fiabilidade. A Gestão também faz estimativas do custo total dos serviços, ou em alguns casos, dos custos totais do contrato, que são utilizados na determinação do valor recuperável dos contratos. As estimativas são continuamente revistas com base em alterações e informações relativas a cada contrato.

2.3 JUSTO VALOR DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Para determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, quando existe mercado ativo, é utilizado o preço de mercado. Quando não existe mercado ativo, o que se verifica nalguns dos ativos e passivos financeiros do Grupo EPS, são utilizadas técnicas de avaliação do justo valor geralmente aceites, com base em pressupostos de mercado.

O Grupo EPS utiliza técnicas de avaliação para instrumentos financeiros não cotados, como os derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, e ativos disponíveis para venda. Os métodos de avaliação que são usados mais frequentemente baseiam-se nos modelos de fluxos de caixa descontados e nos modelos de opções, incluindo, por exemplo, taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de matérias-primas e curvas de volatilidade.

2.4 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Grupo EPS reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no período em que tais diferenças se constatarem.

Adicionalmente, o Grupo EPS reconhece ativos por impostos diferidos sobre prejuízos, na medida em que sejam esperados lucros tributáveis futuros. Esta avaliação requer o uso de estimativas, podendo os lucros tributáveis futuros ser diferentes da avaliação realizada a cada data de fecho. A diferença terá impacto no imposto sobre o rendimento.

2.5 RECONHECIMENTO DE PROVISÕES

O Grupo EPS revê periodicamente as obrigações decorrentes de eventos passados que devem ser reconhecidos ou divulgados. A subjetividade envolvida na determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para cumprir as obrigações pode dar origem a ajustamentos significativos devidos a variações nas suposições feitas, ou devido ao futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A Gestão exerce julgamentos consideráveis para determinar se existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado, ou se é provável, na data das demonstrações financeiras, que de acontecimentos passados possam resultar saídas de recursos, e se o montante da obrigação pode ser estimado com fiabilidade. O Grupo EPS revê periodicamente o estado desses processos recorrendo a aconselhamento, tanto interno como externo. Estas decisões estão sujeitas a alterações conforme novas informações estiverem disponíveis. O valor a provisionar pode mudar no futuro devido a novos desenvolvimentos nesta matéria em particular.

2.6 ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Grupo EPS espera que o mesmo ativo esteja disponível para uso e que deverá ser revisto, no mínimo, no final de cada exercício.

A determinação das vidas úteis dos ativos, o método de amortização/depreciação a ser aplicado e as perdas estimadas resultantes da substituição do equipamento antes do fim da vida útil devido à obsolescência tecnológica é fundamental na determinação do montante de amortização/depreciação a ser reconhecido na demonstração dos resultados para cada ano.

Estes pressupostos são com base nos melhores conhecimentos da Gestão, e tendo em conta as melhores práticas adotadas por empresas semelhantes nos sectores em que o Grupo EPS opera.

2.7 PERDAS POR IMPARIDADE EM CONTAS A RECEBER

O risco de crédito sobre os saldos das contas a receber é avaliado à data de fecho, tendo em conta o conhecimento do cliente e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas com base na avaliação feita pela gestão dos riscos estimados de cobrança na data do encerramento das contas, que podem diferir dos riscos que efetivamente venham a ocorrer.

C. GESTÃO DO RISCO

3. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

3.1 FATORES DO RISCO FINANCEIRO

As atividades do Grupo EPS estão expostas a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de preço e risco de taxa de juro), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo EPS concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os potenciais efeitos adversos sobre o desempenho financeiro do Grupo EPS. Para o efeito são analisados vários instrumentos financeiros para minimizar os referidos riscos, os quais, em determinadas circunstâncias, podem ser contratados exclusivamente para cobrir riscos decorrentes da atividade e negócios do Grupo EPS.

A gestão de riscos financeiros é realizada por uma Direção de Finanças Corporativa, no âmbito das políticas e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração. Esta Direção é responsável pela identificação, avaliação e cobertura dos riscos financeiros, em estreita colaboração com as unidades operacionais do grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão global dos riscos, bem como políticas destinadas a cobrir áreas específicas, como o risco cambial, risco de preço, risco de taxa de juro, risco de crédito, utilização de instrumentos financeiros derivados e não derivados e o investimento dos excedentes de liquidez. O Conselho de Administração efetua um acompanhamento muito próximo das referidas transações.

3.1.1 RISCOS DE MERCADO

3.1.1.1 RISCO CAMBIAL

No decurso das suas operações, o Grupo EPS está exposto ao risco de variação das taxas de câmbio, decorrentes de propostas apresentadas em moeda estrangeira, contratos de fornecimento e de construção e transações futuras em moeda estrangeira. Adicionalmente, e decorrente das suas subsidiárias e associadas estrangeiras, o Grupo EPS tem exposição ao risco cambial, devido ao reconhecimento de ativos e passivos e investimentos líquidos em operações estrangeiras. A principal fonte de exposição a risco cambial do Grupo EPS advém dos ativos e passivos financeiros denominados em dólares americanos.

O Grupo EPS tem uma política interna relativa à exposição ao risco cambial que permite a cobertura dos contratos mais significativos denominados em moeda estrangeira, através da utilização de instrumentos financeiros derivados de curto prazo.

No caso específico de Angola, o Grupo dispõe de ativos financeiros de valor significativo em kwanzas e reduz a sua exposição cambial através de aplicações de tesouraria denominadas em dólares ou indexadas ao dólar.

Os testes de sensibilidade cambial aos ativos e passivos financeiros líquidos não indicaram a existência de impactos materiais.

3.1.1.2 RISCO DE PREÇO

O Grupo EPS está exposto a alterações de curto e longo prazo dos preços das matérias-primas utilizadas nos seus processos de produção, nos casos em que compra matérias-primas cujo preço está cotado em bolsa. Esta exposição respeita essencialmente ao cobre.

O Grupo EPS implementou políticas com o objetivo de limitar o impacto que as variações de preço destas matérias-primas têm no resultado líquido consolidado, tendo estabelecido estratégias de cobertura de risco que permitem a utilização de instrumentos financeiros derivados. A Direção de Finanças Corporativa é a entidade responsável no Grupo EPS por assegurar a gestão deste risco em articulação com a área de Compras e as unidades de negócio utilizadoras dessas matérias-primas.

Em 31 de Dezembro de 2016, o Grupo EPS não tinha contratos de opções sobre cobre em carteira.

3.1.1.3 RISCOS DE FLUXOS DE CAIXA E DE JUSTO VALOR ASSOCIADOS À TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro no Grupo EPS advém essencialmente dos empréstimos de longo prazo, uma vez que não existe um montante significativo de ativos de longo prazo remunerados. Os empréstimos contratados com taxas de juro variáveis expõem o Grupo EPS ao risco de variações dos fluxos de caixa. A política do Grupo EPS é de contratar passivos financeiros de taxa de juro variável, não estando desta forma exposto ao risco de justo valor associado a variações de taxa de juro.

O Grupo EPS implementou uma política dinâmica de gestão do risco de taxa de juro, com o objetivo de limitar o risco de variações de fluxos de caixa associado às alterações de taxa de juro. Enquadrada pelas políticas definidas, a Direção de Finanças Corporativa analisa e decide sobre a contratação de instrumentos financeiros derivados, podendo fazê-lo através da contratação de instrumentos em que troca fluxos indexados à taxa de juro variável por fluxos calculados a taxa fixa, ou através de opções sobre taxa de juro.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma dinâmica. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas *forward*, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível das taxas de juro. Atualmente, o Grupo EPS está exposto, fundamentalmente, à curva de taxa de juro do euro. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os proveitos ou custos com juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os proveitos e custos com juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juros fixas, apenas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros; e
- Alterações no justo valor de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Para cada análise, independentemente da moeda, são utilizadas as mesmas alterações às curvas de taxa de juro. As análises são efetuadas para a dívida financeira líquida, ou seja, aos empréstimos são deduzidos os depósitos e aplicações em instituições financeiras. As simulações são efetuadas tendo por base os valores líquidos de dívida e o justo valor dos instrumentos financeiros derivados às datas de referência, e a respetiva alteração nas curvas de taxa de juro.

Em 31 de Dezembro de 2016, o Grupo EPS não tinha derivados de taxa de juro contratados. A exposição do grupo na mesma data era de cerca de 73,4 milhões de euros de empréstimos bancários, essencialmente denominados em euros.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, se as taxas de juro dos empréstimos e depósitos tivessem sido 0,25% superiores/inferiores, considerando todas as outras variáveis constantes, o resultado antes de impostos do ano teria sido inferior/superior em 171 mil euros. Estes efeitos devem-se, essencialmente, ao maior ou menor custo com juros em empréstimos de taxa variável.

3.1.2 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais, o que poderá originar o reconhecimento de uma perda. O risco de crédito resulta essencialmente das atividades operacionais do Grupo EPS, especificamente os riscos de crédito a clientes, incluindo valores a receber e compromissos firmes, e as suas atividades de investimento e cobertura, incluindo instrumentos financeiros derivados e depósitos em instituições financeiras.

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Relativamente às instituições financeiras, o Grupo EPS seleciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de *ratings* atribuídas por uma das entidades independentes de referência. O risco de crédito resultante de operações com bancos e instituições financeiras é gerido pela Direção de Finanças Corporativa do Grupo EPS.

A tabela seguinte apresenta um resumo, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, da qualidade de crédito dos depósitos, aplicações e outros investimentos financeiros com referência a notações externas de *rating* de crédito:

	31.12.2016	31.12.2015
<i>Rating</i>		
≥AA-	763.978	1.038.140
de A- a A+	2.622.560	2.606.256
de BBB- a BBB+	4.253.967	3.324.961
de BB- a BB+	4.737.027	16.246.365
≤B+	12.484.811	12.101.185
Sem <i>rating</i>	4.000.903	2.571.977
	28.863.247	37.888.884

Os *ratings* apresentados correspondem à classificação atribuída pela Standard & Poor's. Quando estes não se encontram disponíveis são utilizados *ratings* da Moody's ou Fitch.

CLIENTES

No que diz respeito ao risco de crédito de clientes, o Grupo EPS julga que o risco de uma contraparte não cumprir com as suas obrigações contratuais, podendo gerar um impacto nas suas demonstrações financeiras, é limitado, porque se procura garantir que os clientes detenham perfis de crédito sólidos ou financiamentos adequados, de forma a cumprirem com as suas obrigações. Adicionalmente, o Grupo EPS também procura reduzir o risco de crédito de clientes através da negociação, para alguns dos contratos, de adiantamentos contratuais.

A avaliação da qualidade do risco de crédito é realizada pela Área de Tesouraria, em conformidade com a seguinte metodologia: se os clientes detêm um *rating* de crédito externo independente, essas notações são utilizadas; se o mesmo não existir, a qualidade do risco de crédito é avaliada tendo em conta a sua situação financeira e experiência passada, entre outros fatores. Os limites de risco individuais são determinados de acordo com as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração. A aprovação de projetos de risco elevado ou significativo é também uma responsabilidade do Conselho de Administração. A utilização dos limites de crédito é monitorizada regularmente. Ver a Nota 10 para divulgações adicionais sobre o risco de crédito.

A tabela seguinte apresenta uma análise da qualidade de crédito dos saldos a receber de clientes não vencidos:

	31.12.2016	31.12.2015
Novos clientes	18.884.333	5.720.879
Clientes Institucionais	27.356.463	36.911.406
Outros	78.872.822	119.605.610
	125.113.618	162.237.896

RISCO MÁXIMO

A tabela seguinte apresenta a exposição máxima ao risco de crédito associado a ativos financeiros detidos pelo Grupo EPS.

		31.12.2016	31.12.2015
Clientes e Acréscimo de Proveitos	(Nota 10)	236.954.777	270.760.348
Outros valores a receber	(Nota 11)	15.596.394	10.843.028
Empréstimos a Entidades Relacionadas	(Nota 28)	724.605	3.437.588
Aplicações de tesouraria	(Nota 13)	3.146.560	0
Depósitos Bancários	(Nota 13)	25.716.687	37.888.884
		282.139.022	322.929.848

3.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A previsão dos fluxos de caixa é realizada pelas entidades operacionais do Grupo EPS e agregada anualmente pela Área de Tesouraria na preparação do orçamento anual, sendo esta área responsável pela monitorização das previsões de necessidades de liquidez do Grupo EPS, de forma a garantir a manutenção de um nível adequado de disponibilidades para responder às necessidades operacionais, tendo sempre em consideração os impactos de eventuais utilizações adicionais de montantes contratados e não utilizados em facilidades de financiamento, incluindo linhas de crédito e programas de papel comercial (Nota 17), para não serem ultrapassados os limites das facilidades de financiamento ou *covenants* da dívida (quando aplicável). Estas previsões têm em consideração os planos de financiamento em dívida do Grupo EPS, o cumprimento de objetivos internos ao nível dos rácios financeiros e, caso seja aplicável, o cumprimento de requisitos externos regulamentares ou legais – por exemplo, restrições sobre moeda estrangeira, e cumprimento de *covenants* da dívida, nomeadamente: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledges*, rácios sobre a dívida, mudança de acionistas e outros relacionados com as atividades operacionais e com as obrigações legais, fiscais e operacionais do Grupo EPS.

Os excedentes de tesouraria detidos pelas entidades operacionais, para além dos necessários à manutenção do equilíbrio na gestão de capital circulante, são administrados localmente, tendo em conta as instruções do Grupo EPS no que respeita a maturidade, liquidez e contraparte. Os eventuais excedentes de tesouraria detidos pelo grupo são investidos escolhendo instrumentos com maturidades adequadas ou liquidez suficiente e que forneçam margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de Dezembro de 2016, o Grupo EPS detinha em caixa e depósitos à ordem um montante de cerca de 22,4 milhões de euros, em depósitos a prazo um montante de cerca de 3,5 milhões de euros e em aplicações de tesouraria um montante de cerca de 3,1 milhões de euros (Nota 13), que se esperava que gerassem prontamente entradas de capital, capazes de facilitar a gestão do risco de liquidez. Além disso, o grupo detinha, nessa data, facilidades de crédito não utilizadas num montante de cerca de 28,3 milhões de euros.

Os montantes em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de reporte. Os pagamentos de juros associados a passivos com taxas de juro variáveis estão incluídos na tabela, e são calculados utilizando as taxas de juro spot disponíveis à data de reporte. Os ativos e passivos que podem ser reembolsados a qualquer momento são sempre alocados ao período temporal mais curto.

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros não-derivados que são liquidados pelo seu valor líquido (o Grupo EPS não tem instrumentos financeiros que não sejam liquidados pelo seu valor líquido) agrupados por maturidades residuais relevantes. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

31 de dezembro de 2016	Notas	até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	> 5 anos
Empréstimos Bancários		2.732.368	28.707.499	38.688.143	12.873.963
Instrumentos financeiros derivados		543.187	0	0	0
Fornecedores	15	85.783.287	19.017	0	0
Outros passivos		12.887.082	0	0	0
Garantias financeiras	30.1	67.359.823	0	0	0
		169.305.747	28.726.516	38.688.143	12.873.963

31 de dezembro de 2015	Notas	até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	> 5 anos
Empréstimos Bancários		17.807.310	18.658.804	31.554.555	28.142.667
Empréstimos por Papel Comercial		4.377.415	0	0	0
Empréstimos de Acionistas	28.2	3.437.473	0	0	0
Fornecedores	15	79.684.190	3.005	0	0
Outros passivos		20.653.703	0	0	0
Garantias financeiras	30.1	61.625.319	0	0	0
		187.585.411	18.661.809	31.554.555	28.142.667

3.2 GESTÃO DO RISCO DE CAPITAL

O Grupo EPS procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a sua continuidade e desenvolvimento, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus acionistas e a otimização do custo de capital.

O Grupo EPS poderá ajustar o montante dos dividendos a pagar e o retorno de capital dos acionistas ou proceder à emissão de novas ações ou de dívida, de forma a manter ou ajustar a sua estrutura de capital.

De acordo com as práticas de mercado, o equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (*gearing*). O *gearing* é calculado de acordo com a fórmula 'Dívida Líquida/Total de Capital'. A dívida líquida compreende o total de empréstimos (incluindo empréstimos obtidos correntes e não correntes, conforme apresentado na demonstração consolidada da posição financeira), deduzida de caixa e equivalentes de caixa, outros investimentos financeiros e empréstimos concedidos correntes. O total de Capital é composto pelo capital próprio, conforme apresentado nas demonstrações consolidadas, adicionados da dívida líquida. O *gearing* em 31 de Dezembro de 2016 apresenta o seguinte cálculo:

	Notas	31.12.2016	31.12.2015
Dívidas a Instituições de Crédito	17	73.416.621	85.564.387
(-) Caixa e seus equivalentes	13	29.024.861	38.108.319
(-) Financiamento a outras entidades		0	115
Dívida líquida		44.391.760	47.455.953
Capital Próprio		309.147.595	308.682.442
Total de Capital		353.539.355	356.138.395
Gearing		12,6%	13,3%

Adicionalmente, e de acordo com as facilidades de financiamento contratadas à data de reporte, o Grupo EPS encontra-se sujeito ao cumprimento de *covenants* relacionados com rácios de dívida (Nota 17).

3.3 ESTIMATIVA DO JUSTO VALOR

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos financeiros do Grupo EPS mensurados ao justo valor, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 7:

- Nível 1: o justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira. Neste nível incluem-se essencialmente instrumentos de capital e dívida (e.g. NYSE Euronext);
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

	31 de Dezembro de 2016				31 de Dezembro de 2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
ATIVOS								
Derivados								
Ativos tangíveis								
Terrenos a justo valor		3.888.050		3.888.050		3.888.050		3.888.050
Ativos disponíveis p/ venda								
Investimentos em participadas			26.132	26.132			26.132	26.132
	0	3.888.050	26.132	3.914.182	0	3.888.050	26.132	3.914.182
PASSIVOS								
Derivados								
Negociação		526.919		526.919		0		0
Cobertura		16.268		16.268		0		0
	0	543.187	0	543.187	0	0	0	0

Para a valorização dos terrenos foi utilizado o critério da comparação de mercado, utilizando valores médios de mercado por m².

3.4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os ativos financeiros classificavam-se nas seguintes categorias:

Activos	Crédito e valores a receber	Disponível para venda	Activos não financeiros	Total
31 DE DEZEMBRO DE 2016				
Ativos financeiros detidos para venda		26.132		26.132
Empréstimos a entidades relacionadas	724.605			724.605
Clientes e acréscimos de proveitos	239.527.819		2.432.554	241.960.373
Devedores e custos diferidos	15.596.394		17.240.266	32.836.659
Caixa e equivalentes de caixa	29.024.861			29.024.861
	284.873.678	26.132	19.672.820	304.572.630
31 DE DEZEMBRO DE 2015				
Ativos financeiros detidos para venda		26.132		26.132
Empréstimos a entidades relacionadas	3.437.588			3.437.588
Clientes e acréscimos de proveitos	270.760.348		466.664	271.227.012
Devedores e custos diferidos	10.843.028		13.940.236	24.783.265
Caixa e equivalentes de caixa	38.108.319			38.108.319
	323.149.283	26.132	14.406.900	337.582.315

Quanto aos passivos financeiros, a sua repartição por categorias era a seguinte:

Passivos	Derivados detidos para negociação	Derivados de cobertura	Outros pass. financ a custo amortizado	Passivos não financeiros	Total
31 DE DEZEMBRO DE 2016					
Dívidas a Instituições de Crédito			73.416.621		73.416.621
Empréstimos de entidades relacionadas			0		0
Fornecedores			85.802.304		85.802.304
Credores e acréscimos de custos			33.348.333	22.126.271	55.474.604
Instrumentos Financeiros Derivados	526.919	16.268			543.187
	526.919	16.268	192.567.258	22.126.271	215.236.716
31 DE DEZEMBRO DE 2015					
Dívidas a Instituições de Crédito			85.564.387		85.564.387
Empréstimos de entidades relacionadas			3.437.473		3.437.473
Fornecedores			79.687.195		79.687.195
Credores e acréscimos de custos			38.158.343	15.772.795	53.931.137
Instrumentos Financeiros Derivados					0
	0	0	206.847.398	15.772.795	222.620.193

D. CONSOLIDAÇÃO

4. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

4.1 PERÍMETRO

4.1.1 EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Apresenta-se, de seguida, a lista de empresas incluídas na consolidação, a fração de capital detida pela Efacec Power Solutions, directa ou indirectamente, e o método de consolidação.

Denominação social	Sede	% controlo	Método Consol.
Efacec Power Solutions, SGPS, SA	Matosinhos	H	INT
Efacec Energia, Máquinas e Equipamentos Eléctricos, SA	Matosinhos	100,00	INT
Efacec Engenharia e Sistemas, SA	Maia	100,00	INT
Efacec Electric Mobility, SA	Maia	100,00	INT
Efacec Serviços Corporativos, SA	Matosinhos	100,00	INT
Efacec Marketing Internacional, SA	Maia	100,00	INT
SMA - Serv Manut Centrais Termoeléctricas, ACE	Oeiras	100,00	INT
Siemens, Setal, Dégremont e Efacec - Serv Manut, ACE	Amadora	33,00	PRO
EME2 - Engenharia, Manutenção e Serviços, ACE	Lisboa	40,00	MEP
Ensul Meci-Efacec, Cogeração do Porto, ACE	Almada	100,00	MEP
GACE - Gondomar, ACE	Porto	20,00	PRO
EfaServicing, ACE	Matosinhos	100,00	INT
Efacec Angola, Lda.	Luanda / Angola	98,33	INT
Efacec Moçambique, Lda.	Maputo / Moçambique	100,00	INT
EFASA (Pty) Ltd.	Bedfordview/África Sul	100,00	INT
Efacec Chile, SA	Santiago / Chile	100,00	INT
Power Solutions Brasil, Sist. Automação e Potência, Ltda	S.Paulo / Brasil	100,00	INT
Efacec Power Solutions Argentina, SA	Buenos Aires / Argentina	99,60	INT
Efacec Equipos Electricos, SL	Tarragona / Espanha	100,00	INT
UTE Efacec Engenharia SA y Cemesa SL	Tenerife / Espanha	90,00	PRO
UTE Efacec Bahía de Cádiz	Sevilha / Espanha	50,00	INT
Efacec USA Inc.	Atlanta / EUA	100,00	INT
Efacec Praha, s.r.o.	Praga / Rep.Checa	100,00	INT
Efacec Central Europe Limited SRL	Bucareste / Roménia	100,00	INT
Efacec Contracting Central Europe GmbH	Viena / Áustria	100,00	INT
Efacec Índia Pvt. Ltd.	New Delhi / Índia	100,00	INT
Efacec Algérie, EURL	Argel / Argélia	100,00	INT
Efacec Maroc, SARLAU	Casablanca / Marrocos	100,00	INT

Legenda:

INT – Consolidação pelo método Integral

PRO – Consolidação pelo método proporcional

MEP – Consolidação pelo método de equivalência patrimonial

4.1.2 ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Denominação social	Notas	% controlo
SAÍDAS DO PERÍMETRO		
Efacec Power Transformers Inc.	Dissolução	100,00

Os efeitos da dissolução encontram-se descritos no ponto 4.4.

4.1.3. OUTRAS ENTIDADES

Em 2016, o Grupo EPS constituiu uma sucursal na Guiné-Bissau, para a concretização de projetos nos negócios das Centrais e Subestações de Energia. A sucursal foi constituída com o capital de 1.200 euros. Em 31 de Dezembro de 2016, esta sucursal não tinha ainda iniciado a sua atividade, pelo que a participação está evidenciada nas contas ao respetivo custo.

4.2 CÂMBIOS PARA CONVERSÃO DAS MOEDAS ESTRANGEIRAS

Na consolidação das sociedades do Grupo EPS sediadas no estrangeiro, os valores constantes das demonstrações financeiras relativos a ativos e passivos e os valores incluídos na demonstração de resultados, foram convertidos para Euro, respetivamente pela aplicação de taxas de câmbio finais e médias (taxas divulgadas pelo Banco Central Europeu).

As principais moedas funcionais sujeitas a conversão foram as seguintes:

			31.12.2016		31.12.2015	
Para 1 unidade monetária – Euro			Final	Média	Final	Média
Angola	Kwanza	AOA	174,71918	180,70415	147,74684	132,36328
Argentina	Peso	ARS	16,71276	16,46233	14,17752	10,31846
Brasil	Real	BRL	3,43050	3,79311	4,25900	3,68339
Chile	Peso	CLP	707,08501	741,59708	775,29803	726,47339
República Checa	Coroa	CZK	27,02100	27,04230	27,02900	27,26790
Argélia	Dinar	DZD	116,36705	120,74603	117,12563	111,49305
Índia	Rupia	INR	71,59350	74,18306	72,53500	71,00497
Marrocos	Dirham	MAD	10,65432	10,83450	10,79653	10,80311
Moçambique	Metical Novo	MZN	75,25220	68,08077	51,73461	43,63966
Noruega	Coroa	NOK	9,08630	9,25883	9,61600	8,97483
Roménia	Novo Leu	RON	4,53900	4,49312	4,52960	4,44097
Tunísia	Dinar	TND	2,45590	2,37868	2,21252	2,17441
Estados Unidos	Dólar	USD	1,05410	1,10259	1,09260	1,10447

4.3 ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o previsto e permitido pelo parágrafo 85 da IAS1, em 2015 o Grupo EPS apresentou alterações na composição da Demonstração de resultados por naturezas, evidenciando duas rubricas que formalmente se constituem como resultados operacionais, mas que apresentam, cada uma, elementos diferenciadores e com componentes excecionais que importa autonomizar.

No exercício de 2016, que agora se reporta, o Grupo EPS mantém a evidência destas 2 rubricas em separado, sendo que a rubrica “Fees de gestão” apenas apresenta o valor relativo a 2015 (Nota 22.2).

Os “custos com rescisões contratuais” referem-se aos valores incorridos a título de indemnizações por rescisão de contrato, que são normalmente registados na rubrica “Custos com o pessoal”. O facto de cada indemnização se traduzir num custo não repetível e assumir um carácter não recorrente e com um *pay-back* próprio, justifica a opção de o desagregar e apresentar em rubrica própria da demonstração de resultados (Nota 22.3).

4.4 OPERAÇÕES EM DESCONTINUAÇÃO

No final de 2014, o Grupo EPS alienou os ativos afetos à atividade de produção de transformadores que operava nos Estados Unidos. Consecutivamente, a Efaced Energia, detentora da participação na empresa local, deliberou a sua liquidação, que ocorreu durante o exercício de 2016, após a liquidação de todos os ativos e passivos remanescentes. A liquidação originou um resultado de cerca de 458 mil euros.

Durante este período, a demonstração de resultados consolidados do Grupo EPS vem apresentando a totalidade dos resultados da Efaced Power Transformers, Inc., na rubrica “Resultados de operações em descontinuação”. Em 2016 e 2015, a contribuição para este resultado foi a seguinte:

	31.12.2016	31.12.2015
Proveitos operacionais	4.980.386	1.633.854
Custos operacionais	-6.107.203	-2.182.085
Resultado Operacional	-1.126.817	-548.231
Resultado financeiro	451.530	-56.934
Resultados operações em descontinuação	-675.287	-605.165

E. NOTAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

5. ATIVOS TANGÍVEIS

5.1 MOVIMENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO

Os ativos tangíveis em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e as alterações de valor verificadas em ambos os exercícios foram as seguintes:

	Terrenos e edifícios	Eq. transp e eq. básico	Equipamento administ.	Outros	Total
31 DE DEZEMBRO DE 2015					
Valor líquido inicial	12.991.712	29.194.723	1.088.049	1.789.040	45.063.524
Diferenças cambiais	-21.887	-12.848	-12.009	-68.518	-115.262
Entradas no perímetro	58.139	321	19.470	30.183	108.112
Aumentos	5.857.658	879.560	473.861	185.422	7.396.502
Diminuições	-3.005.304	15.591	-717	0	-2.990.431
Dotações para depreciação	-1.528.427	-3.591.547	-451.436	-415.116	-5.986.526
Transferências e regularizações	25.129	175.330	8.480	-262.885	-53.946
Valor líquido final	14.377.019	26.661.131	1.125.698	1.258.126	43.421.973
31 DE DEZEMBRO DE 2016					
Valor líquido inicial	14.377.019	26.661.131	1.125.698	1.258.126	43.421.973
Diferenças cambiais	-24.772	-6.955	-5.768	-60.974	-98.469
Aumentos	329.955	454.271	154.817	1.849.173	2.788.215
Diminuições	0	-34.656	-7.078	0	-41.734
Dotações para depreciação	-1.828.106	-3.729.514	-446.047	-341.776	-6.345.443
Transferências e regularizações	4.275	43.704	40.881	-209.798	-120.938
Valor líquido final	12.858.370	23.387.981	862.503	2.494.751	39.603.605
Custo ou justo valor	37.960.444	110.939.213	23.471.439	10.696.067	183.067.163
Depreciação acumulada	-25.102.074	-87.551.232	-22.608.937	-8.201.315	-143.463.559
Valor líquido	12.858.370	23.387.981	862.503	2.494.751	39.603.605

Os equipamentos de produção foram objeto de avaliação por uma sociedade especializada em 2014, tendo o seu valor sido reajustado em 19,4 milhões de euros. A revalorização enquadrou-se no âmbito das aquisições de participações financeiras, no processo de constituição da EPS. O impacto nas amortizações do exercício em 2016 foi de 1,1 milhões de euros, sendo o valor líquido do reajuste em 31 de Dezembro de 2016 de 17,6 milhões de euros.

A rubrica "Outros ativos fixos tangíveis", em 31 de Dezembro de 2016, inclui equipamentos no montante de 832.593 euros que se encontram obsoletos, e que foram objeto, em exercícios anteriores, do registo de imparidade no respetivo valor de custo (Nota 22.4).

INVESTIMENTOS

No exercício de 2016, o investimento bruto em ativos fixos tangíveis foi de 2,8 milhões de euros. Os investimentos incidiram sobretudo na substituição de equipamento fabril, destinado a manter a capacidade produtiva nas unidades do Grupo EPS, em sistemas de informação e na beneficiação de instalações. No final do exercício, uma parte destes ativos ainda se encontrava em curso de instalação, não estando ainda afetos às suas naturezas.

DEPRECIAÇÕES

As depreciações são efetuadas de acordo com a Nota 1.4. O valor das depreciações apresentado na demonstração de resultados considera as dotações para depreciação dos ativos, normalmente deduzidas do valor dos subsídios ao investimento reconhecidos no período. No período em análise, a dedução por via do reconhecimento de subsídios ascendeu a 321.299 euros (335.317 euros em 2015).

5.2 ATIVOS TANGÍVEIS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

A rubrica de Ativos Tangíveis inclui os seguintes valores sob contratos de locação financeira em que o Grupo EPS é locatário:

	31.12.2016	31.12.2015
Locações financeiras	417.899	30.000
Depreciação acumulada	-309.581	-9.375
Valor líquido	108.318	20.625

A responsabilidade relativa a estes contratos encontra-se refletida no Passivo, na rubrica de Fornecedores (Nota 17), e encontra-se repartida pelo passivo corrente e não-corrente, consoante as datas de vencimento das prestações se situem, respetivamente, a menos de um ano ou mais de um ano.

As locações operacionais não integram o ativo, estando o custo de locação incluído na demonstração de resultados, na rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

5.3 ATIVOS DADOS COMO GARANTIA

Atualmente, não existem quaisquer ativos dados como garantias reais.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos no ativo intangível em 2016 e 2015 e os respetivos valores no final de cada exercício foram os seguintes:

	I&D	Contratos	Marca	Outros	Total
31 DE DEZEMBRO DE 2015					
Valor líquido inicial	1.512.883	6.184.430	79.000.000	576.596	87.273.908
Diferenças cambiais	0	-57.393	0	-6.609	-64.002
Aumentos	1.068.694	0	0	406.453	1.475.148
Amortização	-885.791	-3.933.032	0	-105.073	-4.923.896
Transferências e regularizações	0	0	0	-4.914	-4.914
Valor líquido final	1.695.786	2.194.005	79.000.000	866.452	83.756.243
31 DE DEZEMBRO DE 2016					
Valor líquido inicial	1.695.786	2.194.005	79.000.000	866.453	83.756.243
Diferenças cambiais	0	-22.121	0	7.927	-14.194
Aumentos	2.201.780	0	0	27.235	2.229.015
Amortização	-1.047.245	-1.829.446	0	-138.812	-3.015.504
Transferências e regularizações	355.763	0	0	-361.682	-5.919
Valor líquido final	3.206.084	342.438	79.000.000	401.120	82.949.642

As sub-rubricas "Contratos" e "Marca" resultaram da aquisição de sociedades no âmbito do processo de constituição da Efacec Power Solutions em 2014, e consequente alocação dos respetivos valores de compra. O valor alocado a contratos é amortizado de acordo com o seu grau de realização. Em 2015, a Marca foi sujeita a avaliação por uma sociedade especializada, tendo-lhe sido atribuído o valor de 79 milhões de euros. A Marca é incluída nos testes de imparidade anuais do Grupo (Nota 7).

O investimento em ativos intangíveis no exercício de 2016 foi de 2,2 milhões de euros, que se refere sobretudo a gastos com certificação e homologação de produtos da Unidade de Negócio de Aparelhagem.

7. GOODWILL

No exercício de 2016 não se registaram alterações na rubrica "*Goodwill*". O seu valor foi afetado apenas por variações cambiais, que afetaram, sobretudo, os investimentos em Moçambique.

	31.12.2016	31.12.2015
Valor líquido inicial	121.313.286	121.508.964
Aumentos	0	526.681
Diferenças cambiais	-1.155.046	-722.359
Valor líquido final	120.158.240	121.313.286

O contributo de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) para o *goodwill* apresentado na demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 era o seguinte:

	31.12.2016	31.12.2015
Efacec Energia	56.794.222	56.659.429
Efacec Engenharia	52.748.009	52.748.009
Efacec Electric Mobility	8.037.565	8.037.565
Efacec Moçambique	2.317.642	3.541.722
Efacec Angola	260.802	326.561
Total	120.158.240	121.313.286

A elaboração dos planos de negócio foi alinhada com a atual organização do Grupo e com o referencial usado para a gestão das Unidades, que foi alterado face a 2015.

As filiais internacionais Efacec Central Europe e Power Solutions Brasil têm atividades fortemente concentradas no segmento de negócio de Automação. De modo idêntico, também as filiais Efacec India, Efacec Equipos Eléctricos e Efacec Praha desenvolvem a sua atividade na unidade de negócio de Aparelhagem Elétrica. A gestão das referidas filiais é enquadrada na gestão operacional das unidades de negócio a que reportam e conduzida a partir de Portugal, funcionando sobretudo como extensões da atividade da Efacec Energia nos respetivos mercados. Neste pressuposto, os planos de negócio destas filiais foram consolidados na Efacec Energia.

Com idênticos fundamentos, as filiais internacionais Efacec Contracting Central Europe, Efacec Algérie e Efacec Chile foram consolidadas na Efacec Engenharia e Sistemas. Estas duas entidades jurídicas têm as suas operações fortemente concentradas nos segmentos de negócio de Contracting; e estão particularmente dependentes da Efacec Engenharia e Sistemas no que se refere a referências, competências técnicas específicas e meios financeiros, funcionando sobretudo como extensões da atividade da Efacec Engenharia e Sistemas no mercado argelino e em alguns países da Europa Central.

A decomposição da mesma rubrica por área de negócio era a seguinte:

Área de Negócio	31.12.2016	31.12.2015
Transformadores e Service	36.330.291	34.505.140
Aparelhagem e Automação	22.280.242	23.838.374
Contracting	53.091.303	54.625.924
Mobilidade	8.456.404	8.343.847
Total	120.158.240	121.313.286

TESTES DE IMPARIDADE

No final do ano são efetuados testes de imparidade para a generalidade dos ativos que justificam os valores do *goodwill* e da Marca Efacec. Os testes são realizados no sentido de avaliar a recuperabilidade do *goodwill* e da Marca, considerando o desempenho histórico e/ou expectativas de desenvolvimento do negócio. A quantia recuperável de uma UGC é calculada com base em cálculos do valor em uso.

As avaliações têm por base projeções de fluxos de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela gestão, que abrangem um período de cinco anos, e que são descontados a uma taxa calculada de acordo com o CAPM (*Capital Asset Pricing Model*). Após este período de cinco anos, os fluxos de caixa são extrapolados utilizando as taxas de crescimento estimadas com base nas expectativas de desenvolvimento do negócio.

Os pressupostos utilizados nos testes de imparidade realizados à data de 31 de Dezembro de 2016 foram os seguintes:

	2016				2015			
	Tx crescim receitas	Margem EBITDA	Tx desconto antes imposto	Tx crescim perpetuidade	Tx crescim receitas	Margem EBITDA	Tx desconto antes imposto	Tx crescim perpetuidade
Efacec Energia	4,4%	8,6%	9,0%	1,9%	11,7%	7,9%	8,9%	0,0%
Efacec Engenharia	5,6%	7,0%	9,5%	1,8%	10,2%	6,5%	10,2%	0,0%
Efacec Electric Mobility	29,7%	12,7%	12,4%	2,1%	22,7%	11,4%	12,2%	1,0%
Efacec Moçambique	16,7%	8,7%	11,6%	5,6%	9,7%	7,4%	13,7%	2,5%
Efacec Angola	20,1%	8,2%	16,0%	2,0%	17,7%	5,3%	17,4%	1,0%

De um modo geral, as taxas de desconto conheceram uma redução em 2016. Nomeadamente nas filiais de África (Angola e Moçambique) considera-se a ponderação dos diferentes mercados a que a empresa está exposta, o que permite mitigar o risco e assim reduzir a taxa de desconto.

Dos testes efetuados não resultou o registo de qualquer imparidade do goodwill ou da Marca.

ANÁLISES DE SENSIBILIDADE

As avaliações foram ainda sujeitas a análises de sensibilidade às principais variáveis utilizadas, no sentido de testar a resistência do valor recuperável dos ativos a alterações desfavoráveis de cada uma delas. As variáveis foram, assim, sujeitas aos seguintes impactos:

	Tx crescim receitas	Margem EBITDA	Tx desconto	Tx crescim perpetuidade
Variação dos pressupostos	-10,0%	-10,0%	+1 /+2pp	-1,0pp

Os impactos produzidos por estas variações não são suscetíveis de gerar qualquer imparidade.

De um modo geral, verifica-se ser a taxa de desconto a variável com maior sensibilidade nos testes realizados. Nas filiais de Angola e Moçambique, a taxa de crescimento das vendas é também uma variável cuja alteração implica efeitos importantes no valor dos ativos. Constata-se, no entanto, que os crescimentos significativos verificados já a partir de 2017 estão sustentados em encomendas firmes, e haver expectativas de negócio interessantes nestes mercados.

8. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os valores classificados na rubrica de ativos financeiros disponíveis para venda têm a seguinte decomposição:

	31.12.2016	31.12.2015
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Participações financeiras		
NET – Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	11.132	11.132
Outros Títulos		
C.E.I.I.A.- Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel	15.000	15.000
Investimento total líquido	26.132	26.132

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem participações em empresas não cotadas, cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade por não existirem preços de mercado nem transações comparáveis e, como tal, estão reconhecidos ao custo.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2016, estavam em vigor diversos contratos de instrumentos financeiros derivados para cobertura de risco cambial no valor global de 19,4 milhões de dólares norte-americanos.

A incidência das avaliações destes instrumentos financeiros derivados na demonstração da posição financeira implicou, em 31 de Dezembro de 2016, o registo de passivos de curto prazo no valor de 543 mil euros. Neste valor incluem-se derivados cambiais com contabilização por resultados (527 mil euros) e derivados cambiais com contabilização por capital próprio (16 mil euros).

O valor registado em resultados encontra-se na rubrica “Outros rendimentos operacionais” e afetou diferenças de câmbio, em sentido oposto ao impacto sobre o instrumento coberto.

10. CLIENTES E ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS

O detalhe desta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

	31.12.2016	31.12.2015
Clientes – conta corrente	146.180.039	177.646.738
Clientes – partes relacionadas (Nota 28.2)	19.789.349	26.253.252
Clientes – títulos a receber	2.153.971	935.477
Clientes – cobrança duvidosa	15.213.883	13.186.087
Acréscimos de proveitos – contratos plurianuais (Nota 32)	70.154.026	69.509.811
	253.491.269	287.531.364
Perdas por imparidade das contas clientes (Nota 22.4)	-16.536.492	-16.771.016
Contas a receber de clientes – líquido	236.954.777	270.760.348
Acréscimos de proveitos – não abrangidos pela IFRS 7	2.432.554	466.664
Total	239.387.332	271.227.012
* Não Corrente	0	0
* Corrente	239.387.332	271.227.012

O justo valor das contas a receber não difere significativamente do seu valor contabilístico.

Entende-se não existir concentração de risco de crédito relativamente às contas a receber de clientes e outros devedores, pois o Grupo EPS tem um número elevado de clientes, dispersos internacionalmente e abrangendo diferentes segmentos de negócio.

Os acréscimos de proveitos não abrangidos pela IFRS.7 referem-se a reconhecimentos de proveitos na Demonstração de resultados que respeitam o princípio da especialização de exercícios, mas não estão relacionados com contratos plurianuais, nomeadamente faturação a emitir e incentivos ao investimento a receber.

DENOMINAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os valores a receber de clientes, incluindo acréscimos de proveitos em contratos plurianuais, estavam denominados nas seguintes divisas:

		31.12.2016	31.12.2015
Euro	EUR	166.843.827	191.156.224
Dólar americano	USD	59.954.455	65.538.758
Real brasileiro	BRL	5.125.372	4.197.423
Kwanza angolano	AOA	4.160.306	3.471.121
Dinar argelino	DZD	3.794.099	5.180.901
Peso chileno	CLP	3.114.068	3.202.477
Rupia indiana	INR	2.257.598	2.749.754
Metical moçambicano	MZN	1.667.396	2.386.996
Novo Leu da Roménia	RON	1.310.130	1.281.291
Coroa Sueca	SEK	1.175.718	1.717.323
Dirham marroquino	MAD	860.151	1.067.501
Lari da Geórgia	GEL	815.669	2.805.559
Libra esterlina	GBP	483.011	884.159
Outras		1.929.469	1.891.876
		253.491.269	287.531.364

ANTIGUIDADE DE CLIENTES – IFRS 7

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os valores a receber de clientes, incluindo acréscimos de proveitos em contratos plurianuais, apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, tendo em conta as datas de vencimento dos saldos em aberto:

	31.12.2016	31.12.2015
Saldos não vencidos (Nota 3.2.1)	125.113.618	162.237.896
Saldos vencidos		
Até 90 dias	38.982.772	29.796.759
De 90 a 360 dias	29.874.973	46.133.552
Mais de 360 dias	59.519.907	49.363.158
	128.377.652	125.293.468
Saldos totais	253.491.269	287.531.364
Imparidade (Nota 22.4)	-16.536.492	-16.771.016
Saldos de Contas a receber de clientes – líquido	236.954.777	270.760.348

Em 31 de Dezembro de 2016, os créditos já vencidos totalizavam 128.377.652 euros. O valor desses créditos, líquidos de imparidade, é o seguinte:

	31.12.2016			31.12.2015		
	Saldos vencidos	Imparidade	Valor líquido	Saldos vencidos	Imparidade	Valor líquido
Até 90 dias	38.982.772		38.982.772	29.796.759		29.796.759
De 90 a 360 dias	29.874.973	-8.744	29.866.229	46.133.552	-237.975	45.895.577
Mais de 360 dias	59.519.907	-16.527.748	42.992.159	49.363.158	-16.533.041	32.830.117
	128.377.652	-16.536.492	111.841.160	125.293.468	-16.771.016	108.522.452

A EPS entende que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras e traduzem o risco real de perda.

No exercício de 2016, o Grupo EPS reconheceu imparidades nas contas a receber no valor de 0,8 milhões de euros e utilizou ou reverteu imparidades no valor de 0,5 milhões de euros (Nota 22.4).

Os montantes de Acréscimos de proveitos incluídos nesta rubrica referem-se ao reconhecimento dos proveitos associados a projetos e obras em curso, cujo grau de acabamento é superior ao grau de faturação (Notas 1.16.3 e 32).

Factoring

O Grupo EPS celebrou, com instituições financeiras especializadas, contratos de factoring, com e sem recurso, no valor global de 21,4 milhões de euros.

	31.12.2016	31.12.2015
Activos transferidos e desreconhecidos da demonstração da posição financeira		
Valor dos activos	19.982.230	15.079.059
Valor transferido	-18.146.677	-14.145.424
Valor líquido	1.835.552	933.634
Activos transferidos e não desreconhecidos da demonstração da posição financeira (Nota 17)	1.416.483	858.053

Os ativos transferidos referem-se, na totalidade, a saldos de clientes, sendo que os ativos não desreconhecidos têm passivos associados registados na rubrica de Empréstimos, e classificados como “Outros empréstimos” (Nota 17).

11. DEVEDORES E CUSTOS DIFERIDOS

O detalhe desta rubrica a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é o seguinte:

	31.12.2016	31.12.2015
Outros devedores – diversos	7.991.484	11.459.335
Outros devedores – partes relacionadas (Nota 28.2)	13.093.847	4.872.631
	21.085.331	16.331.966
Perdas por imparidade (Nota 22.4)	-5.488.938	-5.488.938
Outros Devedores – Ativos Financeiros IFRS 7 (Nota 3.1.2)	15.596.394	10.843.028
Outros Devedores não abrangidos pela IFRS 7	774.826	636.364
Estado e outros entes públicos	15.144.859	12.320.525
Custos diferidos	1.320.581	983.347
Total	32.836.659	24.783.264
* Devedores e Custos Diferidos Não Corrente	0	0
* Devedores e Custos Diferidos Corrente	31.081.122	23.100.870
* Imposto sobre o rendimento ^a	1.755.538	1.682.395

a) Esta rubrica não inclui os benefícios à internacionalização (cerca de 948 mil euros) nem os pagamentos especiais por conta (cerca de 169 mil euros).

Em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica “Outros devedores” manteve-se em níveis idênticos aos de 2015, mas com maior incidência nos saldos com entidades relacionadas, que pertencem ao Grupo MGI. A perda por imparidade acumulada inclui um valor de 4,6 milhões de euros relativo ao crédito sobre uma associada da MGI na China.

Esta rubrica inclui créditos não relacionados diretamente com os negócios do Grupo, contas correntes com o pessoal, depósitos de caução e outras.

As rubricas incluídas nos saldos ativos com o Estado e outros entes públicos cresceram em cerca de 3 milhões de euros, referentes, principalmente, a IVA a recuperar. Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a decomposição do saldo era a seguinte:

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto sobre o rendimento – corrente	2.872.775	2.630.452
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	11.162.873	7.936.227
Outros impostos a recuperar	1.109.211	1.753.847
	15.144.859	12.320.525

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “imposto sobre o rendimento – corrente” compreende os seguintes valores:

Imposto sobre o rendimento – corrente	31.12.2016
Estimativa de imposto do exercício (Nota 24)	-2.052.156
Pagamentos por conta	2.426.166
Retenções de imposto	1.327.916
Créditos por benefícios fiscais à internacionalização	948.057
Outros	222.793
	2.872.775

Os valores de IVA a recuperar têm carácter recorrente e relacionam-se principalmente com actividades do Grupo EPS em que existe inversão do sujeito passivo, e são regularmente sujeitos a processos de recuperação.

12. EXISTÊNCIAS

	31.12.2016	31.12.2015
Matérias-primas	16.287.424	21.013.187
Mercadorias	650.346	457.810
Produtos e trabalhos em curso – contratos plurianuais (Nota 32)	5.590.158	12.859.880
Produtos em curso de fabrico	9.629.592	14.159.735
Produtos acabados	4.819.500	3.888.044
Ajustamentos de Existências (Nota 22.4)	-713.005	-761.317
	36.264.015	51.617.339

As ações que o Grupo tem desenvolvido sobre as diversas componentes do Fundo de Maneio, nomeadamente sobre as existências, permitiram uma redução significativa nos stocks de matérias-primas e na produção em curso.

13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	161.614	219.436
Depósitos à ordem	22.203.248	36.292.201
Depósitos a prazo	3.513.439	1.596.683
Aplicações de tesouraria	3.146.560	0
Subtotal (Nota 3.1.2)	28.863.247	37.888.884
	29.024.861	38.108.319

Em 31 de Dezembro de 2016, as aplicações de tesouraria eram compostas por obrigações do tesouro da República Popular de Angola indexadas ao dólar norte-americano, detidas pela Efacec Angola. Os títulos foram adquiridos em mercado secundário, com o duplo objetivo de proteção face ao risco de desvalorização cambial do kwanza e de rentabilização dos fundos disponíveis. As maturidades das obrigações situam-se entre Fevereiro e Dezembro de 2017, mas são negociáveis a todo o momento.

Os valores constantes das rubricas Caixa e equivalentes, no final de 2016 e 2015, eram denominados nas divisas seguintes:

		31.12.2016	31.12.2015
Euro	União Europeia	14.352.498	26.282.366
Kwanza	Angola	6.587.038	1.863.090
Lev	Bulgária	552.065	1.328.680
Coroa	Rep. Checa	409.777	757.470
Dinar	Argélia	540.473	335.992
Dirham	Marrocos	1.712.003	781.151
Novo Leu	Roménia	578.716	2.093.377
Dólar	Estados Unidos	1.660.054	1.402.717
Rupias	Índia	1.315.484	984.718
Outras		1.316.754	2.278.758
		29.024.861	38.108.319

14. CAPITAL PRÓPRIO

14.1 CAPITAL SOCIAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital social, totalmente realizado, era representado por 57.174.806 ações ordinárias, com o valor nominal unitário de 5 euros. A sua repartição acionista, nessa data e no final do ano anterior, era a seguinte:

Entidade	31.12.2016		31.12.2015	
	Nº ações	%	Nº ações	%
Winterfell 2 Limited	41.525.275	72,6%	41.525.275	72,6%
MGI Capital, SGPS, S.A.	15.649.531	27,4%	15.649.531	27,4%
Total	57.174.806	100,0%	57.174.806	100,0%

A sociedade não detém ações próprias.

14.2 OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

A Efaced Power Solutions dispõe ainda de prestações acessórias de capital no valor de 35.900.000 euros, tituladas pelas acionistas na proporção das suas participações. Estas prestações acessórias seguem o regime jurídico das prestações suplementares.

14.3 RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

Esta rubrica é composta, fundamentalmente, pelos resultados anuais acumulados e não distribuídos e, pontualmente, por valores lançados diretamente em reservas, de natureza contratual ou outra.

14.4 OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL ACUMULADO

DIFERENÇAS DE CONVERSÃO

As reservas de conversão cambial refletem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do euro, na atualização do investimento líquido nas subsidiárias e na atualização do *goodwill*, não sendo passíveis de serem distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

A rubrica inclui ainda diferenças cambiais apuradas nas filiais de Angola e Moçambique nos financiamentos de longo prazo concedidos pela acionista EPS, considerados, à luz da IAS 21, como equiparados aos investimentos financeiros, não tendo, por isso, data definida de reembolso.

15. FORNECEDORES

A decomposição desta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 era a seguinte:

	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores – conta corrente	77.010.915	96.218.795
Fornecedores – partes relacionadas (Nota 28.2)	1.156.774	1.156.885
Fornecedores – títulos a pagar	750.058	1.062.988
Fornecedores – faturas em receção e conferência	6.071.919	-19.108.997
	84.989.666	79.329.670
Fornecedores de imobilizado – conta corrente	812.638	357.525
Total	85.802.304	79.687.195
* Não Corrente	19.017	3.005
* Corrente	85.783.287	79.684.190

As dívidas correntes aos Fornecedores de matérias-primas e outros serviços são exigíveis, na sua maioria, num prazo de 90 dias, conforme quadro seguinte. No que se refere a Fornecedores de imobilizado, existem alguns valores vencíveis a mais de um ano, de reduzida expressão, evidenciados como 'Não Corrente'.

MATURIDADE DE SALDOS DE FORNECEDORES – IFRS 7

	31.12.2016	31.12.2015
FORNECEDORES		
Contas a pagar a fornecedores		
A liquidar até 90 dias	78.905.462	68.192.464
A liquidar a mais de 90 dias	6.084.205	11.137.207
	84.989.666	79.329.670
FORNECEDORES DE IMOBILIZADO		
Contas a pagar a fornecedores		
A liquidar até 90 dias	718.624	334.661
A liquidar a mais de 90 dias	94.013	22.864
	812.638	357.525

DENOMINAÇÃO

A dívida a fornecedores em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 denominava-se nas seguintes moedas:

		31.12.2016	31.12.2015
Euro	EUR	70.007.066	56.099.365
Dólar americano	USD	3.457.504	11.559.548
Dinar argelino	DZD	2.662.735	2.776.875
Rupia indiana	INR	4.716.198	4.020.699
Outras		4.958.802	5.230.709
		85.802.304	79.687.195

16. CREDORES E ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

	31.12.2016	31.12.2015
Adiantamentos de clientes	19.445.637	17.045.255
Outros credores – diversos	1.750.569	1.551.234
Outros credores – partes relacionadas (Nota 28.2)	1.015.615	459.384
Outros credores – Ativos Financeiros IFRS	22.211.820	19.055.873
Outros Credores Diversos não abrangidos pela IFRS 7 (a)	625.877	496.085
Estado e outros entes públicos (a)	5.596.058	5.629.044
Acréscimos de custos:	27.040.849	28.750.135
Acréscimos de custos – custos com obras em curso	7.623.321	8.194.281
Acréscimos de custos – remunerações a liquidar (a)	9.367.336	9.647.666
Acréscimos de custos – juros a liquidar	1.186.021	6.707.269
Acréscimos de custos – outros	8.864.171	4.200.920
Total	55.474.604	53.931.137
* Credores e Acréscimos de Custos Não Corrente	0	0
* Credores e Acréscimos de Custos Corrente	55.474.604	53.931.137
* Imposto sobre o rendimento	0	0

(a) Estas rubricas são consideradas pela IFRS 7 como passivos não financeiros (Nota 3.4)

Os Adiantamentos de Clientes continuam a ter uma importância significativa na rubrica “Credores e acréscimos de custos”, apresentando um acréscimo de 2,4 M€ relativamente ao fecho do ano anterior. A proveniência dos adiantamentos continua a ser preponderante nos mercados externos, sobretudo em projetos na Europa Central e na África Austral.

As rubricas de acréscimos de custos conheceram uma redução no ano 2016, sobretudo devido à componente de juros a liquidar, que era excecionalmente elevada no fecho do ano anterior, incluindo valores incorridos no período anterior à amortização e renegociação da dívida financeira, em Outubro de 2015. Em contrapartida, existiram outros acréscimos de custos relacionados com a contabilização de

indenizações por rescisões de contratos de trabalho com colaboradores, em que os correspondentes acordos foram efetuados ainda em 2016, mas em que os respetivos pagamentos apenas irão ocorrer em 2017 (Nota 22.3).

Os saldos passivos com o Estado e outros entes públicos tinham, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto sobre o valor acrescentado – a pagar	1.657.810	1.606.222
Contribuições para a segurança social	2.355.644	2.392.627
Imposto sobre o rendimento pessoas singulares	1.580.553	1.628.078
Outros impostos	2.051	2.118
	5.596.058	5.629.044

17. DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Nesta Nota divulga-se a composição, características e condições da dívida bancária registada nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EPS em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

A repartição da dívida por instrumento de crédito é a seguinte:

	31.12.2016	31.12.2015
NÃO CORRENTE		
Empréstimos bancários	60.203.099	60.203.099
Conta corrente	12.300.000	2.500.000
Custo amortizado	-1.958.643	-1.958.643
	70.544.456	60.744.456
CORRENTE		
Descobertos bancários	260.557	2.536.035
Empréstimos bancários	0	14.061.965
Conta corrente	1.195.124	3.638.947
Papel comercial	0	4.250.000
Outros empréstimos (Nota 10)	1.416.483	858.053
Custo amortizado	0	-525.069
	2.872.165	24.819.931
Total empréstimos	73.416.621	85.564.387

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em Outubro de 2015, com a entrada do novo acionista, as empresas Efacec Energia e Efacec Engenharia e Sistemas procederam à amortização de parcelas significativas dos empréstimos sindicados obtidos em 2014 junto de três instituições de crédito. Em simultâneo, o contrato de financiamento foi renegociado e deu origem a um Acordo de Alterações que abrangeu, nomeadamente, o alargamento do prazo de reembolso, condições de remuneração mais favoráveis, e garantias e obrigações de cumprimento de rácios financeiros. No final de 2016, o capital global em dívida deste empréstimo sindicado totalizava cerca de 72,5 milhões de euros, dos quais 12,3 milhões em regime de conta corrente. Este contrato de empréstimo tem uma cláusula de *ownership* que permite aos credores considerar a dívida vencida no caso de a acionista de referência passar a ter uma participação na EPS inferior a 51%, de forma direta ou indireta.

Além deste contrato, existem outras linhas de crédito de curto prazo, normalmente sob a forma de conta corrente, contratadas em Portugal ou diretamente pelas subsidiárias estrangeiras com instituições financeiras locais, no valor de cerca de 1,2 milhões de euros, com vencimento em 2017.

PAPEL COMERCIAL

Existe um programa grupado de Papel Comercial, em que são contraentes a Efacec Energia e a Efacec Engenharia e Sistemas. O programa tem o valor máximo de 4.250.000 euros com prazo até Dezembro de 2017, para emissões entre 1 e 6 meses. No final do exercício não existia qualquer emissão ao abrigo deste Programa.

OUTROS EMPRÉSTIMOS

O Grupo EPS realiza pontualmente operações de factoring com recurso, sendo que os valores transferidos pelas empresas de Factoring são reconhecidos no passivo corrente.

DESCOBERTOS BANCÁRIOS

Os descobertos bancários comportam situações de utilização das contas de depósitos à ordem a crédito, dentro de *plafonds* e em condições previamente negociadas com as Instituições financeiras e sem prazo de reembolso definido, embora assumam a natureza de curto prazo. Existem alguns *plafonds* de descobertos negociados em Portugal e em subsidiárias internacionais, geralmente em regime de taxa de juro variável, com referência a um indexante usual em cada país.

MATURIDADE DA DÍVIDA

Cerca de 96% da dívida bancária existente em 31 de Dezembro de 2016 está suportada no empréstimo sindicado atrás mencionado, reembolsável até 2022.

A maturidade da dívida bancária naquela data é evidenciada no quadro seguinte:

Tipo de financiamento	até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	> 5 anos	Total
Descobertos bancários	260.557	0	0	0	260.557
Empréstimos bancários	0	24.081.240	24.081.240	12.040.620	60.203.099
Conta corrente	1.195.124	0	12.300.000	0	13.495.124
Outros empréstimos	1.416.483	0	0	0	1.416.483
Custo Amortizado	0	-1.528.683	-429.960	0	-1.958.643
Total empréstimos	2.872.165	22.552.557	35.951.280	12.040.620	73.416.621

Comparativamente, no final de 2015, a maturidade era a seguinte:

Tipo de financiamento	até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	> 5 anos	Total
Descobertos bancários	2.536.035	0	0	0	2.536.035
Empréstimos bancários	14.061.965	12.040.620	24.081.240	24.081.240	74.265.064
Conta corrente	3.638.947	0	2.500.000	0	6.138.947
Papel comercial	4.250.000	0	0	0	4.250.000
Outros empréstimos	858.053	0	0	0	858.053
Custo Amortizado	-525.069	-1.087.848	-775.005	-95.789	-2.483.712
Total empréstimos	24.819.931	10.952.771	25.806.235	23.985.450	85.564.387

DENOMINAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS

A dívida financeira contraída pelas sociedades do Grupo EPS sediadas em Portugal está integralmente denominada em euros. Os restantes valores referem-se a financiamentos contraídos localmente pelas empresas internacionais. Atualmente, todos os empréstimos contraídos junto de instituições financeiras estão denominados nas moedas funcionais dos respetivos países.

O valor contabilístico dos empréstimos do Grupo EPS estava, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, denominado nas seguintes moedas:

Divisas		31.12.2016	31.12.2015
Euro	EUR	71.555.297	79.006.375
Dinar argelino	DZD	963.001	885.800
Metical moçambicano	MZN	898.323	3.980.129
Kwanza angolano	AOA	0	1.692.084
Total		73.416.621	85.564.387

TAXAS DE JURO EFETIVAS

As taxas de juro efetivas, relacionadas por instrumento de dívida e por moeda eram, no final de 2016, as seguintes:

Tipo de financiamento	EUR	MZN	DZD
Descobertos bancários	-	34,3%	8,5%
Empréstimos bancários	3,5%	-	-
Conta Corrente	3,6%	28,2%	-
Outros (a)	6,0%	-	8,5%

(a) Inclui operações de desconto comercial efetuadas pela Efacec Equipos (EUR) e operações de factoring com recurso na Efacec Argélia (DZD).

Comparativamente, no final de 2015 as taxas eram as seguintes:

Tipo de financiamento	EUR	AOA	MZN	DZD
Descobertos bancários	-	-	19,25%	8,50%
Empréstimos bancários	3,95%	-	-	-
Conta Corrente	4,04%	15,51%	13,25%	-
Papel comercial	6,00%	-	-	-
Outros	-	-	-	8,50%

LINHAS DE CRÉDITO NÃO UTILIZADAS

O Grupo EPS possui as seguintes linhas de crédito ainda não utilizadas:

	31.12.2016	31.12.2015
A taxa variável		
com vencimento até 1 ano	10.043.223	4.145.585
com vencimento após 1 ano	17.700.000	27.500.000
A taxa fixa		
com vencimento até 1 ano	572.347	0
	28.315.570	31.645.585

GARANTIAS

No empréstimo sindicado acima mencionado, contraído conjuntamente pelas subsidiárias Efacec Energia e Efacec Engenharia, estão constituídas as seguintes garantias por parte das mutuárias:

- Fiança cruzada entre a Efacec Energia e a Efacec Engenharia;
- Livranças subscritas pela Efacec Energia e pela Efacec Engenharia, avalizadas pela Efacec Power Solutions;
- Penhor financeiro das ações da Efacec Energia e da Efacec Engenharia.

COVENANTS

O principal contrato de financiamento do Grupo EPS contém cláusulas que definem a observância de um Rácio de Endividamento, definido como Dívida Líquida/EBITDA, cujo valor máximo deve ser de 2,75. Este rácio contratual é observável nas contas consolidadas da Efacec Power Solutions, com uma periodicidade semestral.

As presentes demonstrações financeiras evidenciam o cumprimento do rácio contratual, conforme se explicita abaixo.

milhões de Euros	
Cálculo do rácio em 31.12.2015	
DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA	
Dívida bancária (1)	75,4
Caixa e equivalentes(2)	-29,0
	46,4
EBITDA ESTATUTÁRIO	
Resultado Operacional	12,1
Amortizações e Depreciações	9,0
Provisões e imparidade de activos	2,0
	23,2
Rácio Dívida líquida/EBITDA	2,0

1) Na dívida bancária não se considera o valor das despesas de financiamento incorridas em 2014 e contabilizadas pelo critério do custo amortizado.

2) Na rubrica "Caixa e equivalentes" estão consideradas as aplicações de tesouraria existentes em 31 de Dezembro de 2016 em obrigações do tesouro, detidas pela Efaced Angola (Nota 13).

18. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os valores ativos e passivos de impostos diferidos eram, na data das demonstrações da posição financeira, os seguintes:

	31.12.2016	31.12.2015
Ativos por impostos diferidos:		
Recuperáveis a mais de 12 meses	57.053.564	54.795.988
Passivos por impostos diferidos:		
Reintegráveis a mais de 12 meses	22.382.876	23.394.566

18.1 ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O valor da rubrica de Ativos por impostos diferidos tem a seguinte repartição:

	Perdas imparidade inv. fin.	Perdas imparidade client./dev.	Prejuízos fiscais	Instrum. financeiros	Benefícios Fiscais a reportar	Outros Riscos e Encargos	Total
31 de Dezembro de 2014	44.388.766	368.920	406.297	0	7.607.192	893.731	53.664.905
Imputado a resultados	0	-165.745	200.903	0	151.914	977.633	1.164.705
Diferenças cambiais	0	0	-16.484	0	0	-15.130	-31.615
Outras variações	0	0	0	0	0	-2.008	-2.008
31 de Dezembro de 2015	44.388.766	203.175	590.716	0	7.759.106	1.854.225	54.795.988
Imputado a resultados	-44.388.766	0	42.930.457	0	3.226.975	394.531	2.163.197
Diferenças cambiais	0	0	26.101	0	0	5.438	31.540
Imputado a capital próprio	0	0	0	3.660	0	0	3.660
Outras variações	0	0	12.245	0	0	46.934	59.179
31 de Dezembro de 2016	0	203.175	43.559.519	3.660	10.986.081	2.301.129	57.053.564

O valor dos ativos por impostos diferidos ascende, em 31 de Dezembro de 2016, a 57,1 milhões de euros. O incremento no ano 2016 foi de 2,3 milhões de euros relativamente ao saldo do ano anterior. O valor mais importante refere-se às perdas reconhecidas em 2014 com a imparidade da participação na filial Efaced Power Transformers. No exercício de 2016, esta subsidiária concluiu o processo de liquidação, pelo que a Efaced Energia, empresa que detinha a participação direta, materializou a perda efetiva, passando a registar o ativo como prejuízo fiscal. Em 31 de Dezembro de 2016, o valor deste ativo ascendia a 41,9 milhões de euros, passíveis de dedução entre 2016 e 2027, nas condições atualmente previstas na lei.

Existem ainda ativos por impostos diferidos relativos a benefícios fiscais por investimentos em investigação e desenvolvimento (SIFIDE) e investimentos em ativos tangíveis (RFAI), que ascendiam, no final do exercício de 2016, a cerca de 11 milhões de euros.

A recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais e aos benefícios fiscais, no valor total de cerca de 54 milhões de euros, foi testada mediante projeções de atividade das principais empresas que integram o RETGS para o período referido, e com base nos pressupostos seguintes:

Pressupostos	31.12.2016	31.12.2015
Taxa crescimento das vendas (CAGR) até ao 5º ano	6,5%	11,2%
Margem EBITDA média até ao 5º ano	8,9%	7,7%
Taxa crescimento após o 5º ano	0%	0%
Taxa de imposto	22,5%	22,5%

Mediante estes pressupostos, não se observaram indícios de imparidade. A realização de análises de sensibilidade complementares permitiram suportar a consistência dos testes de imparidade.

O Grupo EPS regista ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais na medida em que seja provável a realização do respetivo benefício fiscal, através da existência de lucros tributáveis futuros. Em algumas empresas, nomeadamente a Efacec Contracting, a Efacec Algérie e a Efacec Angola, o Grupo EPS considera que, neste momento, existe reduzida capacidade de dedução de prejuízos fiscais nos lucros tributáveis futuros, não registando, por isso, impostos diferidos.

18.2 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os Passivos por impostos diferidos são provenientes, na totalidade, das revalorizações de ativos efetuadas em algumas das empresas subsidiárias, e tiveram a seguinte evolução:

	Revalorização de ativos	Outros (a)	Total
31 de Dezembro de 2014	707.015	23.807.163	24.514.178
Imputado a resultados	-2.922	-1.097.346	-1.100.268
Diferenças de conversão	0	-19.344	-19.344
31 de Dezembro de 2015	704.093	22.690.474	23.394.566
Imputado a resultados	-323.042	-681.069	-1.004.111
Diferenças de conversão	0	-7.579	-7.579
31 de Dezembro de 2016	381.051	22.001.826	22.382.876

a) Referente aos ajustamentos das diferenças de aquisição, conforme Nota 8.

19. PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

As Provisões para riscos diversos tiveram a seguinte evolução nos exercícios de 2016 e 2015 (ver Nota 22.4).

	Pensões	Outros riscos e encargos	Total
31 de Dezembro de 2014	520.143	7.259.975	7.780.118
Imputado a resultados:			
provisões adicionais	0	5.254.100	5.254.100
reversão de provisões	-112.117	-479.776	-591.892
Diferenças cambiais	0	-72.365	-72.365
Outras variações	0	-311.270	-311.270
31 de Dezembro de 2015	408.026	11.650.664	12.058.690
Imputado a resultados:			
provisões adicionais	98.406	2.052.714	2.151.120
reversão de provisões	-52.899	-1.874.817	-1.927.717
Diferenças cambiais	0	-17.655	-17.655
Outras variações	0	186	186
31 de Dezembro de 2016	453.532	11.811.092	12.264.625

PROVISÃO PARA PENSÕES

Como indicado nas Notas 1.21.1 e 30.2, esta rubrica apresenta a responsabilidade do Grupo EPS pelo pagamento de complementos de pensões de reforma. O montante registado corresponde ao valor atuarial das responsabilidades de benefícios definidos, calculado por uma entidade independente, e reportado à data de 31 de Dezembro de 2016. No exercício de 2016, a composição do grupo de beneficiários não se alterou, mas registou-se um reforço da provisão superior ao valor utilizado no ano, decorrente da evolução dos fatores que contribuem para a determinação da responsabilidade, nomeadamente, salários e pensões.

PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

Esta rubrica inclui essencialmente provisões para reparações e assistência pós-venda, penalidades e desvios negativos em obras em curso. Estas situações referem-se a problemas em discussão com os clientes, relacionados com a imputação de responsabilidades, e são objeto de análise continuada por parte das diversas empresas onde ocorrem. A provisão é constituída ou reforçada quando existe uma probabilidade razoável de desfecho desfavorável para a empresa, apresentando de forma mais apropriada as responsabilidades potenciais futuras do Grupo EPS.

Em 2016 foram constituídas provisões no montante global de 2,1 milhões de euros, sendo de destacar o projeto Vadeni na Roménia onde se registou uma provisão de 1,2 milhões de euros. Foram ainda constituídas provisões de 0,3 milhões de euros na Unidade de Servicing, 0,3 milhões de euros para contingências de natureza fiscal na Índia, 0,2 milhões de euros para responsabilidades relacionadas com a Ensul Meci-Efacec e 0,1 milhões de euros para contingências num projeto no Chile.

O montante apresentado em reversão de provisões corresponde à sua utilização à medida que os respetivos custos são reconhecidos, ou a outras situações que deixaram de existir. Em 2016 foram revertidos valores relativos a projetos na Argélia, Grécia e Espanha.

Não existe nenhum passivo contingente de carácter ambiental.

20. PROVEITOS DIFERIDOS

	31.12.2016	31.12.2015
Subsídios ao investimento	390.944	867.381
Faturação diferida	77.982.072	124.162.713
Outros	811.481	849.169
	79.184.498	125.879.263

A rubrica “Subsídios ao investimento” contém valores recebidos de entidades públicas a título de incentivo à realização de investimentos do Grupo EPS. Estes valores são registados nesta rubrica e reconhecidos como ganhos nos anos subsequentes, de acordo com a vida útil dos ativos que financiaram.

Os planos de faturação acordados com os clientes não correspondem estritamente aos graus de acabamento que acabam por ser reconhecidos nas obras. A rubrica “Faturação diferida” inclui, assim, as faturas emitidas mas ainda não reconhecidas em termos de grau de acabamento das respetivas obras (Notas 1.16.3 e 32).

21. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Em 31 de Dezembro de 2016, o valor de interesses não controlados refere-se à componente dos capitais próprios atribuíveis aos sócios minoritários na Efacec Angola (1,7%), na Efacec Power Solutions Argentina (0.4%) e no Agrupamento de empresas Efacec Bahía de Cádiz (50%).

	% Interesses não controlados	31.12.2016	31.12.2015
Efacec Angola	1,67	-121.623	-106.308
Efacec Power Solutions Argentina	0,04	1.602	141
UTE Efacec Bahía de Cádiz	50,00	2.053	3.608
		-117.968	-102.559

22. GASTOS E RENDIMENTOS OPERACIONAIS

22.1 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os principais fornecimentos e serviços externos, foram os seguintes:

	2016	2015
Subcontratação	67.029.735	74.580.593
Transporte de mercadorias	11.311.152	13.286.707
Deslocações e estadas	9.588.091	9.772.729
Rendas e alugueres	7.726.877	9.593.575
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.816.335	3.219.729
Conservação e reparação	2.776.047	2.707.939
Electricidade	2.478.693	2.665.297
Combustíveis	1.734.022	1.841.243
Honorários	1.580.888	1.391.878
Seguros	1.505.942	2.037.240
Comunicações	1.119.394	1.787.004
Comissões	826.895	1.685.053
Outros fornecimentos e serviços	9.443.370	11.487.047
	120.937.441	136.056.034

A rubrica de Subcontratos é a mais expressiva desta natureza de custos e está sobretudo ligada à atividade operacional das empresas do Grupo EPS, tendo uma correlação elevada com o seu volume de negócios.

22.2 FEES DE GESTÃO

Esta rubrica foi evidenciada em 2015 com um valor de 10.736.698 euros, relativo a débitos da MGI Capital efetuados até à data em que alienou a sua posição maioritária na EPS.

22.3 CUSTOS COM RESCISÕES CONTRATUAIS

Em 2016, foram registados nesta rubrica cerca de 16,3 milhões de euros. Este valor inclui indemnizações de 6,5 milhões de euros, cujos acordos foram celebrados com colaboradores ainda em 2016, mas em que o correspondente pagamento ocorrerá apenas em 2017. Inclui ainda um montante de 0,4 milhões de euros relativo a uma indemnização de conta da MGI Capital, o qual foi debitado a esta empresa relacionada, sendo o correspondente proveito reconhecido em resultados na rubrica "Outros rendimentos operacionais".

22.4 PROVISÕES E IMPARIDADE DE ATIVOS

O quadro seguinte evidencia a evolução registada nas diversas rubricas de provisões e imparidades e a sua conciliação com a demonstração de resultados.

2016	Ativos Tangíveis e Intangíveis	Imparidade de ativos			Provisões		
		Dívidas a receber		Existências	Garantias a clientes	Outros riscos e encargos	Pensões
		Clientes	Outros devedores				
POSIÇÃO FINANCEIRA:							
Saldo em 31.12.2015	966.271	16.771.016	5.488.938	761.317	0	11.650.664	408.026
Aumento	0	752.000	0	78.634	0	2.052.714	98.406
Reversão	0	-195.589	0	-54.757	0	-1.874.817	-52.899
Diminuição	0	-291.862	0	0	0	0	0
Transf. e regularizações	0	0	0	0	0	186	0
Diferenças cambiais	-133.677	-499.075	0	-72.189	0	-17.655	0
Saldo em 31.12.2016	832.593	16.536.492	5.488.938	713.005	0	11.811.092	453.532

Na demonstração de resultados:

Provisões e imparidades	2.029.128
Gastos e rendimentos operacionais	-1.270.942

O valor de provisões e imparidades registado nos custos operacionais inclui os aumentos e reversões. Excluem-se as provisões para pensões, que afetam a rubrica de custos com o pessoal. As diminuições de imparidades de clientes referem-se a utilizações diretas nos saldos de clientes.

No exercício anterior, os valores foram os seguintes:

2015	Ativos Tangíveis e Intangíveis	Imparidade de ativos			Provisões		
		Dívidas a receber		Existências	Garantias a clientes	Outros riscos e encargos	Pensões
		Clientes	Outros devedores				
POSIÇÃO FINANCEIRA:							
Saldo em 31.12.2014	1.125.303	12.915.028	6.215.210	837.439	363.562	6.896.413	520.143
Entradas no perímetro	0	1.446.978	0	0	0	0	0
Aumento	0	6.911.199	0	202.227	0	5.254.100	0
Reversão	0	-250.000	-736.643	-168.006	-61.249	-418.527	-112.117
Diminuição	0	-4.349.074	0	0	0	0	0
Transf. e regularizações	0	315.085	10.371	0	-302.314	-8.957	0
Diferenças cambiais	-159.033	-218.200	0	-110.342	0	-72.365	0
Saldo em 31.12.2015	966.271	16.771.016	5.488.938	761.317	0	11.650.664	408.026

Na demonstração de resultados:

Provisões e imparidades	10.652.164
Outros	80.937

22.5 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A partir de 2015 o Grupo EPS passou a registar como resultados operacionais o apuramento das diferenças cambiais resultantes das operações de compra e venda, por serem decorrentes da sua atividade normal. Por esse motivo, a rubrica de outros rendimentos operacionais inclui cerca de 5 milhões de euros de diferenças de câmbio favoráveis líquidas das diferenças de câmbio desfavoráveis (10,5 milhões de euros em 2015).

No exercício de 2016, esta rubrica inclui ainda, para além das diferenças de câmbio acima referidas, os seguintes rendimentos: (a) subsídios às atividades de investigação e desenvolvimento, no valor de 3,2 milhões de euros, (b) débitos por prestação de serviços à MGI Capital e suas subsidiárias no valor de 1,9 milhões de euros, (c) trabalhos para a própria empresa de 1,1 milhões de euros e (d) indemnizações de seguradoras que ascenderam a 2,3 milhões de euros.

O valor de indemnizações está influenciado por um sinistro ocorrido nas instalações da Maia, que representou uma receita líquida de 1,7 milhões de euros, em que os custos incorridos ascenderam a 2,9 milhões de euros e o recebimento das seguradoras a 4,6 milhões de euros. A diferença de valores está relacionada com o facto de os ativos tangíveis estarem já substancialmente depreciados e a indemnização ser baseada nos custos de reposição.

23. RESULTADOS FINANCEIROS

Perdas e Ganhos Financeiros	2016	2015
Juros suportados	-4.119.016	-10.366.867
Outros custos e perdas financeiras	-3.191.603	-4.347.274
Total de Perdas e Custos Financeiros	-7.310.618	-14.714.141
Juros obtidos	126.576	3.676.705
Diferenças de câmbio favoráveis	92.228	84.993
Outros proveitos e ganhos financeiros	4.286	10.997
Total de Ganhos e Proveitos Financeiros	223.090	3.772.695
Custos Financeiros – líquidos	-7.087.528	-10.941.446

Em 2016, a rubrica de “Outros custos e perdas financeiras” em 2016 inclui 1,6 milhões de euros em comissões de garantias de natureza financeira que, neste ano, o Grupo passou a registar nesta rubrica (ver Nota 1). Adicionalmente, esta rubrica em 2016 inclui os seguintes custos: (a) 0,2 milhões de euros de prémios de seguros de crédito, (b) 0,3 milhões de euros de imposto de selo em contratos, (c) 0,5 milhões de euros de encargos com serviços bancários, e (d) 0,5 milhões de euros de custos relativos a custos amortizados.

24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em Portugal, as declarações anuais de rendimentos estão sujeitas a revisão, e eventuais correções por parte das autoridades fiscais, durante um período de 4 anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais, estes podem ser sujeitos a revisão e liquidação pelas autoridades por um período máximo de 10 anos. Nos restantes países onde o Grupo EPS desenvolve a sua atividade os prazos são diferentes, em regra superiores.

As taxas de imposto sobre o rendimento em vigor em Portugal e nos países onde estão sediadas as principais subsidiárias estrangeiras do Grupo EPS, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, eram as seguintes:

País	Taxa
Portugal	21%
Angola	35%
Moçambique	32%
Argélia	26%
Espanha	28%
República Checa	19%

O imposto estimado na Demonstração de Resultados consolidada é o seguinte:

	2016	2015
Imposto corrente (Nota 11)	2.052.156	1.459.275
Imposto diferido (Nota 18)	-3.167.308	-2.264.973
Estimativa de imposto	-1.115.151	-805.698
Imposto de exercícios anteriores	1.171.155	339.108
Imposto sobre o Rendimento	56.004	-466.591

Apresenta-se de seguida a reconciliação do imposto sobre o rendimento consolidado:

	2016	2015
Resultado antes imposto	5.041.257	-20.359.248
Taxa de imposto teórica	22,50%	22,50%
Imposto teórico	1.134.283	-4.580.831
Diferença da taxa de imposto das subsid. estrangeiras	-91.678	41.415
Custos não aceites fiscalmente	323.941	1.454.523
Tributação autónoma	990.188	781.953
Derrama Estadual	180.339	152.229
Créditos fiscais	-357.603	0
Insuficiência de imposto em exercícios anteriores	0	852.524
AID não registados no exercício nas subsid. estrangeiras	989.282	2.585.816
Benefícios fiscais gerados e não utilizados	-3.776.772	-2.468.387
Correção de Imposto diferido registado em exercícios anteriores	-346.079	273.991
Outros	-161.053	101.067
Imposto sobre o rendimento do exercício	-1.115.151	-805.698

25. RESULTADO POR AÇÃO

BÁSICO

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o ano, excluindo eventuais ações próprias detidas pela EPS (Nota 14).

Divisas	2016	2015
Lucro atribuível aos detentores do capital	4.309.736	-20.391.472
Número médio ponderado das ações ordinárias emitidas	57.174.806	48.428.262
Resultado básico por ação (Euros por ação)	0,08	-0,42

DILUÍDO

O resultado diluído por ação é calculado ajustando o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, para incorporar os efeitos da conversão de todas as ações ordinárias diluidoras potenciais, quando existam. Nos exercícios de 2016 e 2015 não existem quaisquer efeitos diluidores.

26. DIVIDENDOS POR AÇÃO

No exercício de 2016, a Efacec Power Solutions não efetuou qualquer pagamento de dividendos aos seus acionistas.

F. RELATO POR SEGMENTOS

27. REPORTE POR SEGMENTOS DE ATIVIDADE

O Grupo EPS dispõe de uma estrutura funcional baseada em segmentos de negócio. Esta estrutura é utilizada na gestão quotidiana para efeitos de análise de performance e de tomada de decisão.

SEGMENTO DE NEGÓCIO

Segmento de negócio é um componente distinguível do Grupo EPS, comprometido em fornecer um produto ou serviço individualizado, e que está sujeito a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos de negócio.

O Grupo EPS tem a sua estrutura de negócios organizada, numa base mundial, nos seguintes segmentos:

Produtos de Energia

- Transformadores e Service
- Aparelhagem e Automação

Sistemas (*Contracting*)

Mobilidade Elétrica

Os quadros contemplam ainda uma rubrica designada como “Outros não alocados e ajustamentos” que agrupa os ativos afetos aos centros corporativos e as eliminações correspondentes às operações internas.

SEGMENTO GEOGRÁFICO

Atualmente, a EPS não utiliza o conceito de segmento geográfico na sua informação de gestão. No entanto, dado ser um Grupo fortemente exportador, mantém a lógica de reporte por país de destino dos seus produtos ou serviços.

Os mercados relevantes para o efeito identificam-se com países ou regiões onde o Grupo EPS mantém atividade recorrente, incluindo os mercados onde mantém estruturas próprias e outros mercados onde mantém clientes importantes através da sua rede comercial.

Apresentam-se de seguida os principais indicadores de atividade do Grupo EPS, repartidos pelas áreas de negócio acima identificadas. As transferências ou transações entre segmentos são realizadas nos termos comerciais normais e nas condições aplicáveis a terceiros independentes.

27.1 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A informação financeira por segmentos de negócio relativa aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, relacionada com o volume de negócios e com a formação dos resultados, analisa-se como segue:

	Produtos de Energia		Sistemas	Mobilidade Elétrica		
Vendas e prestação de serviços	Transformadores e Service	Aparelhagem e Automação	Contracting	Mobilidade Elétrica	Outros não alocados e ajustamentos	Total
2016	173.526.585	100.213.924	176.257.371	12.298.117	(24.341.823)	437.954.175
2015	153.726.336	85.858.940	200.897.682	14.979.309	(32.547.911)	422.914.356

	Produtos de Energia		Sistemas	Mobilidade Elétrica		
Resultados	Transformadores e Service	Aparelhagem e Automação	Contracting	Mobilidade Elétrica	Outros não alocados e ajustamentos	Total
2016						
EBITDA	5.637.737	8.151.960	9.221.846	839.901	-653.882	23.197.561
Amortizações e depreciações	-2.818.476	-1.751.529	-558.194	-125.952	-3.785.498	-9.039.648
Provisões e imparidade por ativos	-111.942	-23.617	-627.684	0	-1.265.885	-2.029.128
Resultado operacional	2.707.320	6.376.813	8.035.968	713.949	-5.705.264	12.128.785
Custos financeiros líq. (Nota 23)	-2.099.641	-2.150.853	240.684	-192.144	-2.885.575	-7.087.528
Perdas/Ganhos em assoc./particip.	0	0	0	0	0	0
Resultado antes de impostos	607.679	4.225.960	8.276.653	521.804	-8.590.839	5.041.257
Imposto sobre o rendimento						-56.004
Resultados oper. descontinuação						-675.287
Resultado líquido do período						4.309.966
Atribuível a:						
Acionistas						4.309.736
Interesses não controlados						230

	Produtos de Energia		Sistemas	Mobilidade Elétrica		
Resultados	Transformadores e Service	Aparelhagem e Automação	Contracting	Mobilidade Elétrica	Outros não alocados e ajustamentos	Total
2015						
EBITDA	3.916.790	4.948.882	5.196.562	-364.892	-1.887.874	11.809.467
Amortizações e depreciações	-3.262.029	-1.376.190	-667.666	-126.915	-5.142.305	-10.575.105
Provisões e imparidade por activos	-2.096.764	-1.488.256	-5.280.103	-560.409	-1.226.631	-10.652.164
Resultado operacional	-1.442.004	2.084.436	-751.207	-1.052.217	-8.256.810	-9.417.802
Custos financeiros líq. (Nota 23)	-2.612.185	-2.733.973	1.067.864	-210.956	-6.452.196	-10.941.446
Perdas/Ganhos em assoc./particip.	0	0	0	0	0	0
Resultado antes de impostos	-4.054.189	-649.537	316.656	-1.263.172	-14.709.006	-20.359.248
Imposto sobre o rendimento						466.590
Resultados oper. descontinuação						-605.165
Resultado líquido do período						-20.497.823
Atribuível a:						
Acionistas						-20.391.472
Interesses não controlados						-106.352

No quadro seguinte indicam-se os valores da demonstração da posição financeira repartida por segmento de negócio, bem como a repartição dos investimentos realizados no período.

	Produtos de Energia		Sistemas	Mobilidade Elétrica		
Vendas e prestação de serviços	Transformadores e Service	Aparelhagem e Automação	Contracting	Mobilidade Elétrica	Outros não alocados e ajustamentos	Total
2016						
Ativos totais	226.918.613	133.402.295	224.861.181	22.785.126	30.249.093	638.216.309
Investimentos	2.634.204	1.898.507	190.372	218.428	75.719	5.017.230
2015						
Ativos	222.088.558	140.005.873	273.560.523	23.296.229	33.683.972	692.635.154
Investimentos	1.494.759	1.087.718	5.462.713	30.687	795.772	8.871.650

Os ativos dos segmentos incluem, principalmente, ativos tangíveis e intangíveis, existências, contas a receber e disponibilidades. Os investimentos compreendem, para os períodos referidos, as adições aos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo o valor do *goodwill* (Notas 6, 7 e 8).

27.2 INFORMAÇÃO POR GEOGRAFIA

Em termos de geografia, o Grupo EPS analisa os seus indicadores de negócio na perspetiva dos mercados de destino. A repartição das receitas por mercado destino nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é a seguinte:

	2016	2015
Portugal	103.829.926	101.744.647
Angola	48.455.700	38.562.412
Reino Unido	42.115.986	26.081.342
Estados Unidos	27.808.854	26.752.792
Espanha	24.567.052	24.795.115
Chile	23.968.035	42.912.972
Magreb	20.860.056	40.676.211
Europa Central	18.140.094	23.816.896
Moçambique	12.163.508	18.296.337
Irlanda	12.126.143	3.343.281
França	10.915.376	8.263.795
Argentina	10.908.283	2.532.399
Alemanha	6.585.781	2.077.649
Outros Mercados	75.509.381	63.058.509
Total	437.954.175	422.914.356

G. OUTRAS NOTAS

28. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

O âmbito desta nota é a divulgação das transações e dos saldos entre o Grupo EPS, constituído pela Efaced Power Solutions e suas subsidiárias, e as entidades classificadas como partes relacionadas. Entendem-se como partes relacionadas as empresas Associadas, os Acionistas e os Administradores. A categoria "Acionistas" inclui as entidades nas quais os acionistas ocupam uma posição relevante, com influência na tomada de decisão, bem como as entidades participantes nos acionistas diretos.

Não são objeto de divulgação as transações e os saldos entre as empresas do Grupo, que foram entretanto eliminados no processo de consolidação.

28.1 TRANSAÇÕES REALIZADAS EM 2016

	31.12.2016	31.12.2015
TRANSAÇÕES CORRENTES:		
Acionistas		
Proveitos e ganhos operacionais	26.154.322	20.039.453
Custos e perdas operacionais	1.346.384	11.827.984
Proveitos e ganhos financeiros	0	3.465.086
	24.807.938	11.676.555

As condições comerciais nestas transações são idênticas às praticadas para terceiros independentes.

28.2 SALDOS FINAIS COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos apresentados no quadro seguinte referem-se principalmente ao conjunto de entidades que compõem a Winterfell e os seus acionistas que, a partir de 23 de Outubro de 2015, tomaram uma posição maioritária na Efaced Power Solutions.

Os saldos ativos e passivos do Grupo EPS que constam das diversas rubricas da Demonstração da posição financeira, e que se referem a partes relacionadas, são os seguintes:

	31.12.2016	31.12.2015
DÍVIDAS DE PARTES RELACIONADAS:		
Acionistas		
Empréstimos correntes (Nota 3.4)	724.605	3.437.588
Clientes (Nota 10)	19.671.801	26.170.009
Clientes – imparidade	-1.069.767	-893.587
Outros devedores (Nota 11)	13.061.968	4.842.825
Outros devedores – imparidade	-4.575.567	-4.575.567
Associadas		
Clientes (Nota 10)	117.548	83.242
Outros devedores (Nota 11)	31.880	29.806
	27.962.467	29.094.316
DÍVIDAS A PARTES RELACIONADAS:		
Acionistas		
Empréstimos correntes (Nota 3.4)	0	3.437.473
Fornecedores (Nota 15)	1.156.774	1.156.885
Outros credores (Nota 16)	1.015.615	459.384
	2.172.390	5.053.742
Total líquido	25.790.078	24.040.574

A imparidade de clientes refere-se a clientes angolanos, e foi constituída em 2015 devido à antiguidade da dívida, mantendo a gestão confiança na sua recuperabilidade. A imparidade de Outros devedores refere-se a um saldo antigo com a Liaoyang – Efaced Electrical Equipment, empresa associada da MGI Capital.

28.3 DETALHE POR ENTIDADE DOS SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

A repartição por entidade dos saldos ativos e passivos apresentados acima é a seguinte:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Empréstimos	Corrente	Empréstimos	Corrente
Acionistas				
Grupo Winterfell e ascendentes	0	17.562.971	0	23.552.773
Grupo MGI Capital e ascendentes	724.605	12.998.408	115	5.843.793
Imparidade	0	-5.645.334	0	-5.469.155
	724.605	24.916.045	115	23.927.411
Associadas				
EME2 – Engenharia, Manutenção e Serviços, ACE	0	117.548	0	78.960
Ensul Meci-Efacec – Cogeração do Porto, ACE	0	31.880	0	34.088
	0	149.428	0	113.048
Totais	724.605	25.065.473	115	24.040.459
Total líquido		25.790.078		24.040.574

O saldo corrente com o Grupo MGI foi incrementado em cerca de 7,1 milhões de euros, essencialmente devido a dois fatores:

- Faturação de serviços prestados à MGI Capital e suas subsidiárias e custos incorridos por conta destas sociedades (cerca de 1,9 milhões de euros).
- Cedência de créditos sobre um cliente, em conformidade com o acordo de acionistas celebrado em 23 de Outubro de 2015 (5,3 milhões de euros).

28.4 COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS COM PARTES RELACIONADAS

Não existem quaisquer compromissos de compra ou passivos contingentes relativos a partes relacionadas.

28.5 REMUNERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No exercício de 2016, o Conselho de Administração da Efacec Power Solutions auferiu em remunerações fixas o montante de 1.508.600 euros (219.323 em 2015).

29. CONTINGÊNCIAS

29.1 ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES RESULTANTES DE DISPUTAS CONTRATUAIS

Indicam-se, de seguida, os valores de activos e passivos contingentes resultantes de disputas contratuais em que o Grupo EPS está envolvido.

1. Contingência CPTM

O contrato para a remodelação da sinalização de diversas linhas do sistema ferroviário do Estado de São Paulo, no Brasil, firmado entre a sociedade brasileira CPTM e o consórcio Union Switch & Signal Internacional Co. e a Efacec Engenharia, S.A., foi resolvido, com justa causa, pelo Consórcio, a 24 de Novembro de 2014. Na sequência dessa rescisão o Consórcio apresentou um pedido de indemnização no valor aproximado de 152 milhões BRL, mais 12,5 milhões USD, e ainda 510 mil euros. As partes estabeleceram negociações com vista ao fecho amigável de contas, as quais se revelaram infrutíferas, tendo terminado em Novembro de 2016 com um contra-pedido de indemnização, por parte da CPTM/STM no valor de aproximadamente 585 milhões BRL (aproximadamente 170 M€). Considerando as probabilidades de acolhimento de cada uma das reclamações apresentadas, não há lugar à constituição de qualquer provisão. A análise de risco conduz à existência de activos contingentes de 57 M€ e passivos contingentes de 60 M€, considerados com probabilidade de sucesso "Possível". Existem ainda passivos contingentes de 101 M€ com probabilidade de sucesso "Remota" e 9 M€ ainda não classificados por não existir informação suficiente.

Não havendo acordo entre as partes, a disputa terá de ser resolvida, nos termos contratuais, por recurso à arbitragem internacional. O processo arbitral ainda não foi iniciado.

Nos termos do Share Purchase Agreement assinado entre a Winterfell 2 e a MGI Capital, o Grupo EPS tem direito de regresso em relação à MGI Capital, sobre os eventuais passivos que venha a ter que assumir no âmbito desta disputa contratual.

2. Contingência Vadeni

Em contrato para a construção de uma estação de tratamento de águas na cidade de Vadeni, na Roménia, o cliente resolveu contrato em Dezembro de 2016 por atrasos na realização da obra, e reclamou uma indemnização no montante de 936 mil euros acrescido de penalidades no valor de 665 mil euros. Em simultâneo, o cliente executou as garantias bancárias que haviam sido contratualmente fornecidas, no valor de 553 mil euros. Foi feita uma provisão nas contas da Efacec Engenharia e Sistemas no valor de 1,2 M€, que inclui já o valor das garantias bancárias executadas.

A disputa contratual centra-se no projeto de engenharia a implementar tendo inexistido acordo entre as partes desde o início do projeto o que motivou o atraso que conduziu à resolução do contrato. A Efacec deverá contestar judicialmente a resolução do contrato alegando que o atraso se deve à recusa injustificada do cliente em aprovar o projeto apresentado pela Efacec.

3. Contingência Bouhagi

Em contrato para a construção de uma estação de tratamento de águas na cidade de Bouhagi na Argélia, o cliente resolveu o contrato a 08.01.2017 por atrasos na realização da obra. Os atrasos são da responsabilidade do consorciado Hydrotreatment, entidade que deveria executar a parte dos trabalhos de construção civil. Os trabalhos da responsabilidade da Efacec foram, até à data, realizados atempadamente. Não foi feito, para já, qualquer pedido de indemnização por parte da ONA, tendo antes esta convidado as partes a realizarem o inventário dos custos e obra efetuada até à data da resolução do contrato.

A principal contingência deriva do facto de a ONA ter em sua posse garantias bancárias fornecidas pela Efacec no valor de cerca de 1 milhão de euros, que poderá executar por força da responsabilidade solidária do consórcio, tendo depois a Efacec direito de regresso sobre a Hydrotreatment.

4. Contingência Catroel

Efacec tem um contrato de subempreitada de construção civil com a empresa Catroel. Em Maio de 2012 o sub-fornecedor abandonou a obra, mas não houve uma rescisão formal do contrato. A Catroel intentou uma ação contra a Efacec Algerie reclamando inicialmente o pagamento de faturas, trabalhos adicionais e danos no valor global aproximado de 42 milhões de dinares, mas a Efacec acabou por ser condenada no pagamento de cerca de 75 milhões de dinares, incluindo juros. A Efacec interpôs recurso e foi efetuada uma peritagem que nos foi favorável, mas que em 7/02/2017 acabou por ser anulada, confirmando a primeira sentença. Fomos notificados da sentença a 6/3/2017 e dispomos de um prazo de 20 dias para efetuar o pagamento e 2 meses para recorrer para o Supremo Tribunal. Existe uma provisão associada a este processo, pelo que não haverá impactos negativos na demonstração de resultados.

5. Contingência Tovisi

Em Moçambique existe uma ação interposta pela empresa Tovisi Moçambique, sub-empregado da Efacec Moçambique num projeto de engenharia em Maputo. Divergências ocorridas quanto à condução dos trabalhos levaram ao afastamento daquela empresa, que interpôs ação indemnizatória que tem o valor de 1 milhão de euros. O processo está pendente de decisão judicial, acreditando a Efacec Moçambique num desfecho favorável do mesmo.

6. Contingência GTC

A Efacec USA vendeu em 2011 um transformador de 500MVA à Georgia Transmission Corporation (GTC). Em 2013, a Efacec efetuou uma intervenção no mesmo transformador, ao abrigo da garantia. Em Abril de 2016, a GTC reclamou à Efacec USA uma compensação por alegados danos derivados daquela avaria, que o cliente estimou em 170 mil euros. A Efacec USA recusou a reclamação por entender que os custos eram injustificados e não estavam devidamente demonstrados, dando-se então início a um processo arbitral, nos termos contratualmente previstos. Estamos neste momento em fase de mediação antes da contestação ao processo arbitral.

7. Contingência fiscal Efacec Índia

Foi identificada na subsidiária da Índia uma divergência nos valores de Imposto e Contribuições p/Segurança Social calculados sobre remunerações de expatriados. A Efacec decidiu, em Setembro de 2016, optar pela regularização voluntária junto das Autoridades locais beneficiando de Regime Especial de Regularização Tributária, através de um plano de pagamentos a realizar até Setembro de 2017. O impacto total estimado é de 300 a 370 mil euros, para o qual foi constituída uma provisão.

8. Contingência fiscal Efacec Argélia

Existe na subsidiária da Argélia uma situação identificada no decurso de uma inspeção fiscal sobre os exercícios de 2008 a 2011, dando origem a correções fiscais várias, por não aceitação de despesas e divergências no apuramento de proveitos tributáveis. O risco global está estimado em 880 mil euros. Em 2014, a Efacec decidiu contestar a totalidade das correções, mas a resposta da Autoridade Tributária Argelina em Dezembro 2016 foi de rejeição. Atualmente, está em análise o procedimento de reação a adotar: pedido de redução/dispensa de penalidades; recurso hierárquico ou impugnação judicial. O objetivo é o de limitar impacto total a máximo de 50% do valor em discussão.

30. COMPROMISSOS

30.1 GARANTIAS PRESTADAS

O Grupo EPS possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e outras contingências relacionadas com o seu negócio. As garantias bancárias estão principalmente ligadas aos projetos e encomendas recebidas e têm como beneficiários os clientes do Grupo EPS. Não se espera que destas contingências venham a resultar passivos significativos.

O quadro seguinte evidencia o volume de garantias bancárias, distribuído entre:

- a) garantias financeiras, que incluem principalmente garantias emitidas em favor dos clientes para recebimento de adiantamentos, valores relativos a retenções contratuais e *stand-by letters of credit*, e
- b) outras garantias, sobretudo garantias para concursos e garantias de fornecimento/execução.

	31.12.2016	31.12.2015
Garantias financeiras	67.359.823	61.625.319
Outras garantias	134.594.786	155.518.796
Total	201.954.609	217.144.115

30.2 PENSÕES

No Grupo EPS existem benefícios atribuídos com complementos de pensões de reforma, de acordo com o que é descrito na Nota 1.21.1.

Os casos existentes são geridos internamente e estão sujeitos a uma avaliação anual por entidades especializadas e independentes, sendo a responsabilidade futura apresentada na demonstração da posição financeira na rubrica "Provisão para pensões" (Nota 19), e corresponde ao valor atual das responsabilidades por benefícios definidos à data de fecho de contas. Em 31 de Dezembro de 2016, o grupo abrangido por este benefício incluía 18 pessoas, sendo o valor da correspondente provisão de 454 mil euros.

30.3 COMPROMISSOS DE LOCAÇÕES OPERACIONAIS ONDE O GRUPO EPS É LOCATÁRIO

O Grupo EPS arrenda diversas viaturas, através de contratos de locação não revogáveis. Os contratos possuem diversos prazos, cláusulas de reajustamento e direitos de renovação. Na data das demonstrações financeiras, o Grupo EPS mantinha contratos de Aluguer de Longa Duração ("*renting*") considerados como locação operacional, cujo valor de rendas vincendas ascendia a 2.178 mil euros, com as seguintes maturidades:

	31.12.2016	31.12.2015
Até 1 ano	882.360	1.027.571
Entre 1 e 5 anos	1.296.597	1.023.101
	2.178.958	2.050.672

31. ACORDOS CONJUNTOS

O Grupo EPS tem vários interesses em operações conjuntas e empreendimentos conjuntos, que assumem a forma jurídica de Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's) (Nota 4). Estas entidades prestam serviços decorrentes de contratos firmados com clientes, essencialmente nas unidades de negócio de *Contracting*.

No quadro seguinte divulga-se informação relativa a ativos, capital próprio, proveitos e resultados de cada uma das operações conjuntas integradas nas contas da Efacec Power Solutions em 2016. Os valores constantes daqueles indicadores correspondem às contas sociais das entidades, expressas em euros, antes da aplicação das taxas de integração.

Acordos Conjuntos	Sede	%	Método	Activos	Capital Próprio	Proveitos Totais
SMA – Serv Manut Centrais Termoeléctricas, ACE	Oeiras	100,0%	INT	865.664	847.824	42.549
Siemens, Setal, Dégremont e Efacec – Serv Manut, ACE	Amadora	33,0%	PRO	210.298	0	237.495
EME2 – Engenharia, Manutenção e Serviços, ACE	Lisboa	40,0%	MEP	1.652.972	0	0
UTE Efacec Engenharia SA y Cemesa SL	Santa Cruz de Tenerife / Espanha	90,0%	PRO	228.574	198.079	36.141
GACE – Gondomar, ACE	Porto	20,0%	PRO	47.861	0	0
UTE Efacec Bahía de Cádiz	Sevilha / Espanha	50,0%	PRO	658.340	22.769	747.599
EfaServicing, ACE	Matosinhos	100,0%	INT	839.398	82.014	1.077.613
Ensul Meci-Efacec – Cogeração do Porto, ACE	Almada	100,0%	MEP	1.505.833	-543.498	850

Os valores comparativos relativos ao ano 2015 são os seguintes:

Acordos Conjuntos	Sede	%	Método	Activos	Capital Próprio	Proveitos Totais
SMA – Serv Manut Centrais Termoeléctricas, ACE	Oeiras	100,0%	INT	869.156	847.883	832.668
Siemens, Setal, Dégremont e Efacec – Serv Manut, ACE	Amadora	33,0%	PRO	247.938	0	332.367
EME2 – Engenharia, Manutenção e Serviços, ACE	Lisboa	40,0%	MEP	1.652.972	0	1.890.844
UTE Efacec Engenharia SA y Cemesa SL	Santa Cruz de Tenerife / Espanha	90,0%	PRO	332.536	293.831	0
GACE – Gondomar, ACE	Porto	20,0%	PRO	47.861	0	4.632
UTE Efacec Bahía de Cádiz	Sevilha / Espanha	50,0%	PRO	862.761	25.880	2.825.285
EfaServicing, ACE	Matosinhos	100,0%	INT	367.885	64.379	683.213
Ensul Meci-Efacec – Cogeração do Porto, ACE	Almada	100,0%	MEP	1.762.693	-364.301	1.825.209

OPERAÇÕES CONJUNTAS

Os montantes seguintes representam a quota-parte do Grupo EPS nos ativos, passivos e património líquido das operações conjuntas, e estão incluídos na Demonstração consolidada da posição financeira e na Demonstração dos resultados consolidados, mediante a integração dos ACE's.

Operações conjuntas	2016	2015
ATIVO:		
Ativo não corrente	2.817	4.738
Ativo corrente	1.937.395	1.739.138
	1.940.212	1.743.876
PASSIVO:		
Passivo não corrente	53.507	32.081
Passivo corrente	755.827	509.206
	809.334	541.287
Capital próprio	1.130.879	1.202.589
Proveitos	2.059.542	4.410.984
Custos	2.012.550	4.146.921
Resultado após impostos	46.992	264.063

EMPREENHIMENTOS CONJUNTOS

A EME2 - Engenharia, Manutenção e Serviços, ACE é um empreendimento conjunto no qual a EPS detém um interesse de 40%, e que integra nas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, como indicado no quadro acima.

32. CONTRATOS PLURIANUAIS

Os contratos plurianuais são contabilizados de acordo com o método da percentagem de acabamento, tal como definido na Nota 1.16.3.

Os montantes relativos a contratos plurianuais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são os seguintes:

	2016	2015
Proveitos reconhecidos no exercício (contratos fechados e não fechados)	344.314.376	332.046.230
Contratos plurianuais não fechados à data:		
Custos acumulados incorridos até à data (a)	1.599.932.333	1.454.153.644
Margens reconhecidas até à data (a)	207.809.509	189.006.061
Existências – Produtos e trabalhos em curso (Nota 12)	5.590.158	12.859.880
Acréscimos de proveitos (Nota 10)	70.154.026	69.509.811
Proveitos diferidos – Adiantamentos	29.503.358	25.760.247
Proveitos diferidos – Faturação a reconhecer	58.870.662	92.343.086

(a) Montantes não consolidados, os quais incluem valores dos contratos plurianuais incorridos do exercício de 2016, bem como em exercícios anteriores.

As existências relativas a contratos plurianuais referem-se a custos incorridos que não foram ainda objeto de utilização na obra ou instalação, não estando, consequentemente, reconhecida a margem daí decorrente.

Os acréscimos de proveitos representam situações em que o grau de faturação é inferior ao grau de acabamento, sendo efetuado um acréscimo para reconhecimento da respetiva margem. Esta situação configura um débito ao cliente por conta da obra/instalação já efetuada (Nota 10 – Acréscimos de Proveitos). Quando ocorre a situação contrária, o grau de faturação é superior ao grau de acabamento e existe um proveito diferido, o qual representa um crédito do cliente perante a obra desenvolvida (Nota 20 – Proveitos Diferidos), cuja margem será apenas reconhecida nos exercícios seguintes.

A reconciliação do montante apresentado na rubrica de Proveitos reconhecidos no exercício relativos a contratos plurianuais fechados e não fechados com o total de vendas e prestações de serviços consolidadas pode ser apresentada como segue:

	2016	2015
Proveitos reconhecidos relativos a contratos plurianuais (Nota 1.16)	344.314.376	332.046.230
Proveitos relativos a produtos fabris	53.035.317	58.866.270
Proveitos relativos a serviços de assistência e manutenção	20.348.140	16.918.085
Outros proveitos	20.256.342	15.083.771
Total vendas e prestações de serviços consolidadas	437.954.175	422.914.356

33. HONORÁRIOS PAGOS AOS AUDITORES

No exercício de 2016, o Grupo EPS contratou serviços com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados e respetiva rede internacional, pelos quais pagou os seguintes honorários:

	2016	2015
Auditoria:		
Auditoria e revisão de contas	197.017	261.786
Serviços de garantia de fiabilidade	752	12.766
Outros serviços:	197.769	274.552
Serviços de consultoria fiscal	51.164	53.489
Outros serviços de consultoria	309.513	1.935
	360.677	55.424
	558.446	329.975

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após a data a que se referem as demonstrações financeiras, não ocorreram quaisquer factos dignos de registo.

Leça do Balio, 27 de Março de 2017

O Responsável pela Consolidação

José Carlos Eiras Pinto de Oliveira

O Conselho de Administração

Mário Filipe Moreira Leite da Silva (Presidente)

Francisco Dias Pereira de Sousa Talino (Vogal)

Ângelo Manuel da Cruz Ramalho (Vogal)

Francisco José Meira Silva Nunes (Vogal)

Luís Henrique Marcelino Alves Delgado (Vogal)

Fernando José Gomes da Mota Lourenço (Vogal)

António José Gonzalez Almela (Vogal)

João Paulo dos Santos Pinto (Vogal)

Rui Alexandre Pires Diniz (Vogal)

Miguel Maria Pereira Vilardebó Loureiro (Vogal)

Manuel António Carvalho Gonçalves (Vogal)

Vanessa Ferreira Loureiro (Vogal)